

CADERNOS DE ECONOMIA E POLÍTICA

Revista Eletrônica
Ano 1. VOL. 4

Dezembro de 2023

Editores-Chefes

Tomás Braga E Braga
tbraga@fespsp.org.br

Luiza Tenan Vitor
luizatenanv@gmail.com

**FESPSP - Fundação Escola
de Sociologia e Política de
São Paulo**

João Pedro Salles
Diagramador

Contato

Rua General Jardim, 522,
Vila Buarque, São Paulo.
SP 01223-010
73 9 99484735
revistacatedra@fespsp.org.br

Cadernos de Economia e Política

Revista Eletrônica
Ano 1. Vol.4 - Dezembro/2023

A Cátedra Celso Furtado constitui-se como um núcleo de reflexão, estudos e formação em torno de temas contemporâneos do desenvolvimento nacional, consoante com as teses de Celso Furtado, um dos mais relevantes intelectuais brasileiros do Século XX. As atividades abrangem, ainda, processos de integração acadêmica; parcerias institucionais e cooperação com outras instituições afeitas ao tema, no Brasil e no exterior; e interlocução com a sociedade civil.

A partir desta missão, publica-se esta revista Cadernos de Economia e Política no intuito de fomentar reflexões e estudos consoantes com a visão de desenvolvimento econômico como um processo inerentemente social e histórico.

O atual volume traz reflexões de professores e discentes tanto da FESPSP quanto de outras instituições.



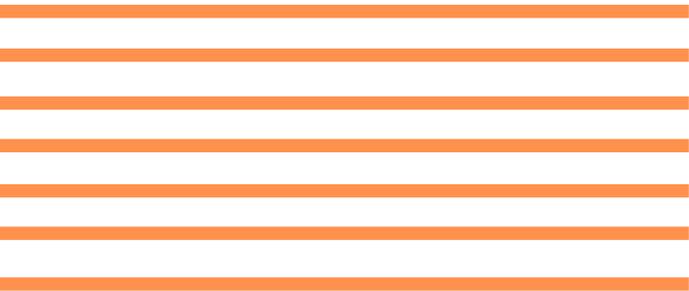
FESPSP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

CADERNOS DE ECONOMIA E POLÍTICA

Revista Eletrônica

Sumário

- 1. REPENSAR O DESENVOLVIMENTO A PARTIR DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
Rafael Rodrigues da Costa
Tomás Braga 3
- 2. A EMBOLADA ELÉTRICA NO CEARÁ: O PLANO DE ELETRIFICAÇÃO DE CELSO FURTADO NA SUDENE E A INGERÊNCIA DOS EUA (1959-1964)**
Amanda Walter Caporrino 6
- 3. PORQUE SE PREOCUPAR COM O PODER DAS BIG TECHS É UMA QUESTÃO DE SOBERANIA**
Julia Tieme Filie Kamada 20
- 4. INTRODUÇÃO À CONTRIBUIÇÃO DE KALECKI PARA A TEORIA DO PLENO EMPREGO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS PAÍSES CAPITALISTAS DESENVOLVIDOS E SUBDESENVOLVIDOS: QUESTÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS**
Luís Biedermann 26
- 5. LAVA JATO: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS DA OPERAÇÃO NA CONJUNTURA BRASILEIRA ENTRE 2014 E 2022**
Luiza Brazuna. 34



FESPSP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO



Repensar o Desenvolvimento a partir das Mudanças Climáticas

Rafael Rodrigues da Costa¹
Tomás Braga²

O ano de 2023 tem sido marcado por uma série de recordes preocupantes no que diz respeito ao clima. No último dia 17 de novembro, a temperatura média global do planeta ultrapassou a escala de 2 graus celsius e atingiu exatos 2,07°C acima dos níveis pré-industriais (1850-1900).

Já em outubro, de acordo com o último Boletim Copernicus, observatório europeu dedicado às questões climáticas, o planeta obteve a maior média de calor da sua história e, ao que tudo indica, o ano se encerrará sendo o mais quente dos últimos 120 mil anos.

Os efeitos das mudanças climáticas já são observáveis em todas as partes do mundo. É cada vez mais comum a ocorrência de eventos climáticos extremos como chuvas e secas intensas, provocando a extinção de biomas e espécies de plantas e animais, além de um novo fluxo migratório forçado ocasionado especialmente por conta do clima.

Todo este cenário acontece em um contexto de baixo crescimento econômico global e deterioração das relações internacionais, que aprofundam a desigualdade entre os países ao mesmo tempo em que se assiste, na periferia do capitalismo, um aumento brutal da concentração de renda e riqueza das elites à sombra da crise social que atinge as populações mais pobres.

A história do capitalismo, como nos ensinam os clássicos do desenvolvimento, passou, inexoravelmente, pela utilização desavergonhada dos recursos naturais na

1 Sociólogo e Coordenador Executivo da Cátedra Celso Furtado - FESPSP.

2 Sociólogo e Economista. Pesquisador Assistente da Cátedra Celso Furtado - FESPSP

transformação dos parques econômicos e suas capacidades produtivas. Os acúmulos de capital obtidos ao longo dos séculos nos países centrais seguiram um projeto de subjugação da natureza às necessidades de ampliação de oferta de insumos e redução dos custos de produção. Os efeitos desta política são sentidos não apenas nestes países centrais, que hoje terceirizam as atividades mais poluentes e investem em suas imagens “sustentáveis”, mas ditou os projetos de desenvolvimento periféricos, primeiro na condição imposta pela colonização e depois naquilo que Furtado apontou como imitação dos padrões de consumo e produção por parte das economias não centrais.

Contudo, para além das devastações ambientais e alterações climáticas, aos países periféricos não vieram as benesses do capitalismo desenvolvido. A agenda necessária que se impõe ao globo de redução de emissões de carbono e controle da elevação da temperatura não deixa de afetar os caminhos até então consagrados para o desenvolvimento econômico, trilhados, por exemplo, pela China e Coreia do Sul. Como é possível fomentar a indústria de um país em desenvolvimento sem interferir no meio ambiente? É possível dar o salto de renda navegando ao redor da indústria de transformação e seus subprodutos e atracando o porto paradisíaco e despoluído do capitalismo tecnológico? E quem produzirá as baterias?

Diante dos desafios do momento atual, resta-nos repetir a famosa pergunta de Lênin às vésperas da Revolução de 1917: O que fazer?

No Brasil, podemos afirmar que existem ao

menos duas propostas de enfrentamento da crise. De um lado, uma visão privatista que defende que o papel do Estado deve ser o de reduzir ao máximo seu papel de interventor econômico, de modo que permita ao mercado a liberdade de cumprir o seu “curso natural”, internalizando assim a crise e tornando-a uma oportunidade de ganhos econômicos “para todos”.

De outro lado, porém, estão aqueles que mantêm uma postura crítica ante este receituário. Entendendo que a economia é feita por relações sociais assimétricas entre nações e classes, e que as soluções “pró-mercado” ocultam, na verdade, o interesse do grande capital em mercantilizar os serviços públicos mediante uma estratégia de esvaziamento das funções sociais do Estado, essa visão procura, de um lado, desmistificar a ideologia da neutralidade do mercado ao mesmo tempo em que busca provocar o Estado a exercer o seu papel de promotor do desenvolvimento econômico e social e na redução das desigualdades.

Politicamente, no entanto, podemos observar que a despeito do governo eleito em 2022 pautar-se pela segunda agenda, a forte pressão exercida pelo grande capital, imprensa e oposição dentro e fora dos demais poderes versam pesadamente sobre a primeira, estrangulando o governo a fazer concessões sem contrapartidas ao setor privado e a reduzir seu horizonte de atuação na área econômica e social. Consequentemente, a própria agenda desenvolvimentista se encontra marginalizada dentre outras agendas no campo progressista, prejudicando assim a legitimidade e abrangência da agenda na arena política.

Ou seja: estamos diante de um cenário internacional fragmentado pelas grandes potências com desafios planetários cujos efeitos se darão ao mesmo tempo de forma local e global. A atuação dos Estados nacionais, plasmados aos acordos

multilaterais e em parceria estratégica com o setor privado, serão fundamentais para estabelecer os termos do contrato social futuro entre as classes e os países.

Diante das possibilidades, cabe levantar algumas perguntas-chave:

- Como as mudanças climáticas e ambientais podem impactar (e já impactam) a nossa realidade social? O que precisa ser feito para diminuir os seus efeitos?
- Quais são os limites e possibilidades do desenvolvimento nacional frente ao cenário geopolítico e climático atual?
- O que os Estados e governos nacionais e subnacionais podem fazer para mitigar os efeitos da mudança climática na população, sobretudo para as camadas sociais mais vulneráveis?
- Como a transição para uma economia de baixo carbono pode influenciar os rumos do desenvolvimento econômico e social no Brasil e América Latina?
- Como as cidades estão se preparando para um desenvolvimento urbano resiliente e sustentável?
- De que maneira a indústria verde pode contribuir para o desenvolvimento econômico brasileiro? Como o Estado pode atuar de maneira relevante na reindustrialização gerando emprego e renda a partir da economia verde?
- É possível combinar o desenvolvimento econômico e social com transição energética, preservação das florestas e populações nativas e uma gestão responsável dos recursos hídricos?

Em vista dessas questões, a Cátedra Celso Furtado da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, toma como parte do seu programa de trabalho para 2024 em diante a fomentação do debate interdisciplinar que una o arcabouço teórico desenvolvimentista calcado na necessidade de construção de um projeto nacional de médio e longo prazo às questões ambientais que se nos impõe de modo inadiável.

Assim, propomos como parte das atividades da Cátedra Celso Furtado para 2024 a criação do Observatório do Debate Climático, como forma de organizar estudos e reflexões interdisciplinares acerca da questão climática à luz do Desenvolvimento.

O Observatório será a possibilidade de reunir estudantes, professores e pesquisadores interessados no tema das Mudanças Climáticas, e analisar criticamente os diagnósticos propostos na atualidade, com o objetivo de encontrar caminhos possíveis para um verdadeiro Desenvolvimento Sustentável.

A revista Cadernos de Economia e Política insere-se neste projeto como ponta de lança dos debates teóricos e reflexões que se encaixam na agenda aqui exposta de modo a unir interlocutores e ajudar a sistematizar as contribuições ao debate.

A embolada elétrica no Ceará: o plano de eletrificação de Celso Furtado na SUDENE e a ingerência dos EUA (1959-1964)¹

Amanda Walter Caporrino²

1. Introdução

Para a cultura popular brasileira, a embolada é um gênero poético-musical nordestino que geralmente se manifesta como um desafio ritmado entre dois repentistas, sendo bastante expressivo na Paraíba, onde nasceu Celso Furtado. A palavra também adjetiva um embate corporal ou debate intenso, sendo também usada como sinônimo de embaraçada, confusa ou amontoada. Seja qual for o sentido, o termo serve para caracterizar a expansão do setor elétrico que ocorreu no Nordeste brasileiro entre o final dos anos 1950 e meados da década de 1960.

Naquela época, Furtado concentrou seus esforços nas questões nordestinas. Com o respaldo de Juscelino Kubitschek, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada em 1959 e coordenada por Furtado até 1964. Nesse ínterim, ele também foi o primeiro Ministro de Planejamento do Brasil no governo de João Goulart, liderando a equipe responsável pela elaboração do Plano Trienal (1963). Em pauta, estavam os problemas de infraestrutura da região, com destaque para os gargalos na oferta de energia elétrica.

Consolidando propostas de Furtado, os dois primeiros planos diretores da SUDENE (1961-1963 e 1963-1965) centralizaram na Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) as ações de eletrificação na região. O segundo

¹ Este artigo reúne levantamentos relacionados ao projeto de doutorado Entre choques de interesses: a AMFORP e o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro (1930-1964), em andamento no Programa de Pós-graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (PPGHE-USP)

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo (PPGHE-USP) e historiadora na Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH-Condephaat) da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo. E-mail: amandacaporrino@usp.br.

plano contou com uma alocação maior de recursos em moeda estrangeira oriundos de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) ligada à Aliança para o Progresso.

O presente artigo aborda aspectos do setor elétrico brasileiro no período, apresentando considerações baseadas em obras furtadianas e em documentação produzida pela SUDENE. O objetivo é evidenciar os tipos de conflitos de interesses com os quais Celso Furtado lidou à frente do principal órgão de desenvolvimento regional do Brasil, enfocando a eletrificação no Ceará pelas especificidades do caso.

2. O Plano de Eletrificação nos dois primeiros planos diretores da SUDENE

A grande seca no Nordeste de 1958 direcionou os holofotes do mundo para os problemas socioeconômicos que se agravavam na região, cobrando do governo Kubitschek uma atuação mais efetiva. No contexto, estavam “em xeque” as ações do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, da Comissão do Vale do São Francisco e do Banco do Nordeste, já abaladas por denúncias de malversação de recursos e práticas fraudulentas. A situação exacerbou-se com a vitória da oposição em governos estratégicos e com mobilização popular desencadeada pelas Ligas Camponesas e pela estruturação dos sindicatos rurais (Vieira, 2004, p. 04).

Naquele ano, ao renunciar ao seu cargo na Comissão Econômica para a

América Latina (CEPAL), Celso Furtado assumiu uma das diretorias voltadas para as questões nordestinas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), passando a intervir no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) a convite de Kubitschek (Furtado, 1989, p.37). No ano seguinte, o diagnóstico e o plano de ação consolidados em Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste e A Operação Nordeste foram apresentados ao presidente, repercutindo na instalação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) sob a direção de Furtado.

Ainda em 1958, a demanda por um órgão mais atuante originou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada depois da difícil tramitação do respectivo anteprojeto da lei no Congresso Nacional devido a resistências à nomeação de Furtado como superintendente. O texto legal definiu a Superintendência como uma agência de desenvolvimento regional, incumbida de planejar e coordenar os programas de interesse nordestino, centralizando os investimentos federais na região.



Figura 1. Posse de Celso Furtado (à dir.) como Superintendente da SUDENE, em 15/12/1959. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/uma-operacao-nordeste-contra-a-pobreza>>. Acessado em: 30/07/2021.

O esforço inicial concentrou-se em organizar os propósitos da SUDENE no I

Plano Diretor (1961-1963), cujo objetivo principal foi, nas palavras de Furtado:

Apresentar um conjunto orgânico de diretrizes de política econômica, que possam servir de base a um esforço progressivo de ordenação dos investimentos do Governo Federal, no Nordeste. A análise esboçada indica, claramente, que o Poder Público desempenha o principal papel no processo de formação de capital, cabendo-lhe a liderança do desenvolvimento econômico regional. (SUDENE, Ata da 1ª sessão da 3ª reunião do Conselho Deliberativo, 1960).

Antes de ser aprovado, o plano foi questionado por governadores nordestinos e membros do Conselho Deliberativo da SUDENE. Na reunião de 04 de maio de 1960, o Conselheiro Aluísio Campos propôs o rápido encaminhamento do texto em razão dos prazos orçamentários, gerando debates que evidenciaram tensões e interesses, como demonstra a manifestação do então Conselheiro Gilberto Freyre, representante do Ministério da Cultura:

O Conselheiro Gilberto Freyre diz que votará pela proposta do Conselheiro Aluísio Campos tão somente para efeito da incorporação do Plano Diretor elaborado pela SUDENE no Orçamento da República. Mas, não se encontrando na situação dos que desconhecem inteiramente o Plano e sim, na de um Adão depois de ter pecado pela curiosidade, deve esclarecer haver tomado contato através de rápida leitura com alguns dos documentos do referido Plano, entre os quais, constam conceitos de filosofia social, dos quais, discorda e, alguns dos quais, ao seu ver, não deveriam constar no mesmo Plano Diretor. Sendo assim, votaria sem restrições, se estivesse em estado de completa inocência, com relação ao mesmo plano (SUDENE, Ata da 1ª sessão da 3ª reunião do Conselho Deliberativo, 1960).

Em seguida, a proposta do Conselheiro Aluísio Campos foi à votação, sendo a mesma aprovada por maioria dos presentes. O plano consolidava a compreensão de Furtado sobre a região e o papel da SUDENE, como demonstra seu registro em ata:

O Nordeste, zona de antiga colonização, continua a ser uma das menos conhecidas no Brasil. Sua base de recursos naturais apenas foi vislumbrada. Sua estrutura econômica ainda não foi devidamente analisada. Com certeza, apenas sabemos que a região abriga um terço da população do Brasil e que grande parte dessa população sobrevive em condições precaríssimas. Também podemos dizer como certo que, no nível da técnica moderna, a região apresenta possibilidades de desenvolvimento e a miséria de sua população não reflete atitude fatalista ou inaptidão ingênita para o progresso. Por último, devemos reconhecer que somente a ação do Poder Público poderá liderar um movimento visando incorporar o Nordeste, em prazo não muito dilatado, na corrente do desenvolvimento nacional. (SUDENE, Ata da 1ª sessão da 3ª reunião do Conselho Deliberativo, 1960).

Considerado o maior representante da corrente desenvolvimentista de tendência nacionalista no Brasil, Furtado expressa nesses textos as três características que singularizam o conteúdo político dessa vertente: uma defesa da liderança do Estado na promoção do desenvolvimento, mediante planejamento e investimentos em setores estratégicos, aceitando-se a contribuição do capital estrangeiro, desde que limitada a setores não estratégicos e submetida a controles; a defesa estruturalista de submissão da política monetária e cambial à política de desenvolvimento; e um compromisso com reformas de cunho social.

Ancorado, assim, nos preceitos do desenvolvimentismo nacionalista a partir do setor público, o propósito da SUDENE refletia a “ideologia da industrialização planejada como solução histórica para o atraso da economia e da sociedade brasileiras” (Bielschowsky, 2000, p. 128). Não por acaso os objetivos do I Plano Diretor da Superintendência preconizaram a infraestrutura necessária à industrialização nordestina. Esse fator é prontamente enfatizado por Furtado nas diretrizes iniciais do plano, dentre as quais: “Reconhecimento da necessidade de dar maior dinamismo aos investimentos no setor da energia elétrica, ao qual cabe

papel pioneiro no desenvolvimento regional” (SUDENE, Ata da 1ª sessão da 3ª reunião do Conselho Deliberativo, 1960).

Nesse sentido, a energia elétrica era uma das principais cartas no “jogo do planejamento”, questão esta registrada no I Plano Diretor: “levando-se em conta o fato comprovado que a disponibilidade de eletricidade é pré-requisito para o desenvolvimento econômico, infere-se quanto a economia no Nordeste vem sendo tolhida pela escassa oferta desse serviço básico” (SUDENE, 1966a, p. 69). Cabe pontuar que, no contexto mais amplo, o setor justamente se encontrava às voltas com o Plano Nacional de Eletrificação (1954) e o Plano de Metas (1956-1961).

Em Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste, a eletrificação já surgia como um componente fundamental do plano de ação que se delineava naquele momento (“Item 4. Solução para o problema da oferta de energia elétrica”). O documento apontava que a oferta existente em boa parte do território nordestino devia-se à atuação da CHESF, um fator altamente positivo a ser considerado num plano de desenvolvimento para a região.

Segundo o diagnóstico, era urgente o problema de oferta de energia no Ceará e no Rio Grande do Norte, particularmente na costa cearense, onde se justificava uma unidade termelétrica e, possivelmente, uma atômica. Para o equacionamento da solução, sugeriu-se a composição de uma equipe de trabalho com representantes do Grupo de Desenvolvimento do Nordeste, do Banco do Nordeste, da CHESF e dos governos estaduais (GTDN, 1967, p. 87-88).

Criada por lei em 1945 e efetivada três anos depois, a CHESF tinha por finalidade o aproveitamento do potencial energético da cachoeira de Paulo Afonso no trecho do rio São Francisco entre Juazeiro (BA) e Piranhas (AL). Para tanto, foi-lhe atribuída a prerrogativa de fornecer energia em alta tensão aos concessionários de serviços públicos

do Nordeste e distribuir eletricidade na região pelo prazo de 50 anos. A abrangência inicial recaía nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Em 1954, entrou em operação a Usina Paulo Afonso I, a primeira grande hidrelétrica construída no rio São Francisco e primeiro grande investimento estatal no setor elétrico (Araujo, 2016).

No I Plano Diretor da SUDENE (1961-1963), a criação da CHESF foi considerada uma medida de grande alcance do governo federal para a solução do problema de eletricidade no Nordeste. Os dados apresentados evidenciam que a geração de energia aumentou entre 1954 e 1959 nos principais mercados de eletricidade existentes no Nordeste integrados ao sistema único da CHESF (Recife, Salvador, Maceió, Aracaju, João Pessoa e Campina Grande). (SUDENE, 1966a, p. 69-71).

Entretanto, o plano apontou que nada ou quase nada havia sido feito para beneficiar as demais localidades, com demanda de energia ainda não caracterizada, as quais constituíam “campo aberto à ação de caráter pioneiro da eletricidade, ação essa que cabe ao Poder Público liderar” (SUDENE, 1966a, p. 71). Por se tratar de uma empresa de economia mista – com obrigações perante os seus acionistas e de estabelecimento de créditos nacionais e internacionais – a CHESF adotou uma política conservadora de investimento que precisava ser reformulada para intensificar o desenvolvimento regional. A meta básica consistia em expandir a capacidade geradora de Paulo Afonso e estender as linhas de transmissão da CHESF até Fortaleza, Natal, Mossoró e Macau.

O Plano de Eletrificação apresentado no I Plano Diretor da SUDENE baseou-se em estudos realizados anteriormente pelo CODENO, com a colaboração da CHESF, compreendendo duas partes distintas: o Sistema Leste e os Sistemas Regionais. O primeiro já estava operando, em grande

parte, sendo constituído por dois troncos de transmissão de 220 kV que partiam de Paulo Afonso nas direções norte e sul, com seus pontos terminais em Recife e Salvador (SUDENE, 1966, p. 74-75).

A parte do plano denominada Sistemas Regionais contemplava os sistemas de Fortaleza, Centro-Norte do Ceará, Cariri (Cariri-Ceará e Sertão da Paraíba), Rio Grande do Norte, São Francisco, Senhor do Bonfim, Maranhão, Piauí e Sul da Bahia. Também era integrada por Sistemas Menores, cujas linhas de transmissão percorriam trechos da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia (SUDENE, 1966, p. 75-80). As previsões do Plano Diretor indicavam que essa parte demandaria o grosso das ações porque concentravam os problemas mais graves de oferta de energia elétrica.

Como os investimentos não proporcionariam, inicialmente, a receita integral prevista no Código de Águas para os serviços de energia elétrica, foi estabelecido que a União cobriria o déficit verificado enquanto a situação não se regularizasse, mediante inclusão em seu orçamento das parcelas necessárias, com base em previsão a ser realizada pela SUDENE (SUDENE, 1966a, p. 72).

O esquema de financiamento do Plano de Eletrificação considerou os dois sistemas separadamente. O Sistema Leste era o então Sistema da CHESF, cuja construção foi ou estava sendo realizada com o capital da companhia, com recursos advindos do Fundo Federal de Eletrificação e empréstimos levantados no BNDE ou no exterior. Já as obras nos denominados Sistemas Regionais seriam custeadas com recursos fornecidos pelo governo federal, mediante contribuições diretas da SUDENE ou através de verbas do orçamento consignadas para esse fim (SUDENE, 1966a, p. 80).

O II Plano incluiu ampliações na geração, com acréscimos na Usina Paulo Afonso e subestações, e na distribuição, prevendo novas linhas de transmissão. As obras contariam com recursos suplementares do Fundo Federal de

Eletrificação, no montante de 9,1 bilhões de cruzeiros (Decreto nº 133/1961). Para a obtenção dos recursos em moeda estrangeira prevista no programa, “foi dada a garantia do Tesouro Nacional ao pedido de empréstimo formulado pela CHESF ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, no total de 15 milhões de dólares” (SUDENE, 1966b, p. 25).

3. A questão cearense

Quando foi criada, a área de concessão da CHESF abrangia 450 quilômetros ao redor do local onde posteriormente foi inaugurada a Usina Paulo Afonso, em 1954. Lançado naquele ano, o Plano Nacional de Eletrificação ratificou o perímetro que atenderia inicialmente grande parte da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Paraíba. Devido a pressões da bancada cearense, mais especificamente do deputado federal Virgílio Távora, foram inseridos 25 municípios no Cariri (Leite, 1996, p. 217). Contudo, Fortaleza e os demais sistemas ainda permaneceram sem interligação à energia gerada pela hidrelétrica. A gravidade do problema de oferta de energia no Ceará e também no Rio Grande do Norte foi, inclusive, salientada em Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste (GTDN, 1967, p. 87-88).

No Rio Grande do Norte, a cidade de Natal e seu entorno imediato eram atendidos pela Companhia Força e Luz do Nordeste do Brasil, uma subsidiária da AMFORP. Em 1961, o governo estadual criou a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN) para distribuir a energia de Paulo Afonso no território norte rio-grandense. A primeira linha de transmissão foi inaugurada dois anos depois, justamente quando a multinacional estadunidense se retirava do Brasil, evidenciando a paulatina estatização do setor elétrico que se concretizaria nos anos seguintes.

Incluída no “círculo” original de eletrificação, a região sul do Ceará

passou a ser suprida pela energia hidrelétrica produzida em Paulo Afonso em 1960. Para a distribuição de energia foi criada a Companhia de Eletricidade do Cariri (CELCA), uma sociedade de economia mista, subsidiária da SUDENE e com participação acionária majoritária da CHESF, de prefeituras municipais da região e, em pequena proporção, de particulares. Pouco depois, foi estabelecida a Companhia Centro-Norte de Eletrificação do Ceará (CENORTE), também uma empresa de economia mista, com participação majoritária do governo estadual (Nobre, 2012).

A situação no Ceará era evidenciada pela precária oferta de energia, operacionalizada pela autarquia municipal Serviço de Luz e Força de Fortaleza (SERVILUZ), resultante da encampação da britânica Ceará Tramways, Light & Power, em 1948. Em 1962, a SERVILUZ foi absorvida pela Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (CONEFOR), constituída pela SUDENE, que representaria o capital da União Federal até que a CHESF passasse a “fornecer energia elétrica de sua produção à cidade de Fortaleza” (SUDENE, Resolução nº 452-A, 1962), fazendo parte então da recém-criada Eletrobrás.

Observa-se que CONEFOR, CELCA e CENORTE se destinavam a viabilizar as ações de eletrificação nos sistemas regionais cearenses elencados no I Plano Diretor (Fortaleza, Cariri e Centro-Norte do Ceará). O estabelecimento dessas companhias coadunava com as diretrizes da SUDENE quanto dar preferência à CHESF em obras mais amplas, delegando a execução das linhas de mais baixa tensão a empresas de energia elétrica existentes na região, cuja maioria estava sob o controle dos governos estaduais. Desse modo, a ação da SUDENE limitava-se à supervisão geral e fiscalização de obras, cedendo engenheiros de seus quadros técnicos para prestar assistência técnica sempre que necessário (SUDENE, 1966b, p. 26).

Parte das ações no Ceará coube

também à Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste (CERNE), criada pela SUDENE, em 1962, cuja atuação abarcaria algumas cidades na região do baixo e médio Jaguaribe e na Serra da Ibiapaba (fronteira com o Piauí). De acordo com o II Plano Diretor, a CERNE era uma sociedade de economia mista idealizada “para a execução do programa de pequenas comunidades, tendo em vista o grande volume de recursos empregados, exigindo elaboração de projetos, compras de material e execução de obras de forma integrada, visando à obtenção de economias de escala” (SUDENE, 1966b, p. 26).

No caso cearense, a atuação da SUDENE deparou-se com resquícios de ações que se processavam em âmbito estadual. Vale mencionar as propostas encaminhadas por Lucas Lopes enquanto este era secretário-geral do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico que acabaram por estruturar o Plano de Eletrificação Total do Ceará aprovado por Kubitschek, em 1956. No ano seguinte, o governo cearense abriu uma concorrência para a elaboração de um plano de eletrificação para áreas não abrangidas pela concessão da CHESF (Lima, 2015, p. 144 e 145).

Outro Plano de Eletrificação do Ceará foi elaborado pelo então deputado federal Virgílio Távora, político cearense que seria, em 1959, o secretário-geral da comissão nacional da candidatura de Jânio Quadros e, em 1961, ocuparia o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas no governo de João Goulart, por indicação da União Democrática Nacional (UDN). A fase inicial do plano de Távora correspondia à eletrificação do Cariri prevista para o final dos anos 1950, cujas obras somente se concretizariam sob a égide da CELCA, em 1962 (Lima, 2015, p. 148).

Pouco depois, Távora continuou os processos de eletrificação cearense com o I Plano de Metas Governamentais (I PLAMEG), quando se elegeu governador para o mandato de 1963 a 1966 pela

coligação entre a UDN, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Nacional (PTN). Com esse plano, Távora lançou um projeto de modernização que visava tirar o Ceará “de uma situação de atraso e subdesenvolvimento, para o progresso” (I PLAMEG, Ceará, 1963, p.08. Apud. Lima, 2015, p. 121). Távora demonstrava plena convicção de que a modernização cearense se daria “pela via estatal mediante o planejamento e a criação de infraestruturas necessárias à industrialização para fortalecer o empresariado local” (Lima, 2015, p. 39).

Alinhando-se a preceitos dos planos de Metas e Trienal, o preâmbulo do I PLAMEG definiu o papel do Estado como central, posto que a ele caberia dirigir, impulsionar e estimular a expansão no setor privado e disciplinar as inversões no setor público. No início, observaram-se convergências entre as propostas da SUDENE e alguns pontos dos planos de Távora. Contudo, nos embates derradeiros, os rumos tomados pelos dois nordestinos divergiram completamente. Em depoimento de 1976, o político cearense revelou suas percepções sobre Furtado:

Inicialmente, fomos recebidos com dificuldade na Sudene, nós representávamos o Centro da Sudene em 1962, e fazemos uma referência toda especial ao seu superintendente Celso Furtado que ao contrário do que muitos dizem, não era comunista, quando muito, podemos dizer tinha ideias socializantes, era cercado, isso sim, de adeptos de ideologias bem estranhas à terra. Então, os primeiros contatos do governador em 1966 [1963] com aquele órgão, apesar da amizade que o unia ao superintendente, hoje professor de Sorbonne, Celso Furtado, foi bem difícil, mas vencemos. Após vitorioso o movimento de 64, tornou-se mais fácil de um lado o entendimento, e de outro o recebimento de recursos. (TÁVORA, 1976).

Nos anos de implantação da SUDENE, Furtado já havia se deparado com resistências do governo cearense na figura de Parsifal Barroso, rival vitorioso de Távora nas eleições de 1958. Em depoimento concedido décadas depois, Barroso disse guardar uma boa recordação da ação, do devotamento e da competência

do primeiro Superintendente, reiterando as divergências, especialmente no tocante à industrialização do Ceará. Dentre algumas declarações, afirmou ter lutado muito contra as ideias de Furtado, mas era insuspeito ao elogiar os planos da SUDENE: “uma prova de acerto com que conduziu os primeiros passos da instituição” (Barroso, 1976).

Os depoimentos dos governadores cearenses que cumpriram mandatos no período em que Furtado conduziu a SUDENE fornecem pistas acerca dos interesses políticos que se processavam nos âmbitos estaduais e com os quais ele precisou lidar. Esse fator fica bastante patente pela embolada elétrica que se formou no Ceará com o incremento da fonte de energia térmica como medida urgente, cuja cadencia dos embates incluíram outros emboladores.

4. A solução termelétrica emergencial

Achegada da energia da hidrelétrica de Paulo Afonso era fundamental para a consolidação de infraestrutura básica e, para tanto, exigia toda uma articulação governamental com órgãos que extrapolavam os limites estaduais. Inserido na área de concessão original da CHESF, na época do I Plano Diretor da SUDENE, o Sistema do Cariri-Ceará já contava com uma linha-tronco de transmissão de 270 Km que se estendia da usina até Milagres (SUDENE, 1966a, p. 75).

O I Plano Diretor da SUDENE considerava que o Sistema Fortaleza seria progressivamente suprido pela energia da CHESF, prevendo-se a construção de uma linha tronco com 220 Km de Ingazeiras ao Açude de Barnabuiú e uma segunda linha de menor potência e com 200 Km entre Barnabuiú e Fortaleza (SUDENE, 1966a, p. 76). Contudo, a energia hidrelétrica de Paulo Afonso somente chegou a Fortaleza em 1965, ocasião na qual Virgílio Távora afirmou:

Espinha dorsal do desenvolvimento do Ceará, meta básica e porque não dizer prioritária do PLAMEG, sem cuja obtenção baldados seriam todos os esforços do Poder Público, como da própria comunidade alencarina, para a vigorosa arrancada visando ao soerguimento econômico desta Unidade federativa, situando-nos em igualdade de condições com os demais Estados da Região – a obra hoje inaugurada bem valeu, e de sobejo, oito anos de lutas, incompreensão, sacrifícios, inclusive de natureza política em determinado instante. (TAVORA, 1965, p.08. Apud. Lima, 2015, p. 130).

No momento de criação da SUDENE, a energia térmica representava 98,9% das fontes existentes no Ceará (Lima, 2015, p. 34), constituindo este um fator importante a ser considerado no plano de eletrificação diante das etapas previstas para abastecimento pela hidrelétrica de Paulo Afonso. Até mesmo para a região do Cariri, o I Plano Diretor complementarmente previu oito usinas termelétricas e um conjunto de subestação para operação das respectivas linhas (SUDENE, 1966a, p. 76).

O incremento térmico foi uma solução emergencial adotada pelo I Plano Diretor, sobretudo, nas providências tomadas para remediar a situação caótica do serviço de geração e distribuição no Sistema de Fortaleza:

A administração do antigo SERVILUZ foi transferida para a CHESF e a SUDENE aprovou um plano de emergência, ora em execução, visando a aumentar ainda este ano, em 50 por cento, a capacidade da usina térmica existente e melhorar substancialmente a rede de distribuição (SUDENE, 1966a, p. 73).

Considerando ser de extrema gravidade a situação na capital cearense e, levando em conta que a energia de Paulo Afonso não alcançaria a cidade num curto prazo devido ao grande número de obras necessárias, o I Plano Diretor propôs então encaminhar a solução em duas etapas (SUDENE, 1966a, p. 76):

- a) **Solução de emergência** (1960): Compra de 4 grupos diesel de 1424 kW cada, já efetuada, e que deverão estar em operação em Fortaleza em dezembro do corrente ano; construção de terminal para óleo e início da reconstrução de da rede de distribuição;
- b) **Solução preliminar**: Instalação, no decorrer de 1961, de uma central termelétrica, com duas unidades de 7.500 kW.

Nas metas a serem alcançadas até 1961, o I Plano Diretor previu a expansão de 20.696 kV na oferta de energia para o Sistema de Fortaleza, considerando exclusivamente usinas termelétricas como fonte. No esquema de financiamento, a proporção entre os recursos em cruzeiros e em dólares sinaliza o tipo de expansão termelétrica, dependente em parte da importação de equipamentos e compra de combustível. Tal fator também é evidenciado pela reserva de Cr\$ 15.000 no orçamento da SUDENE para o pagamento de uma central termoelétrica de 15MW que seria adquirida no exterior para a “solução preliminar” (SUDENE, 1966a, p. 86 a 90).

Na prática, o andamento do I Plano Diretor foi afetado por atrasos nos repasses provisionados e por pressões políticas internas e externas. Em relação ao plano anterior, o II Plano Diretor incluiu para o restante da área do Nordeste um programa especial de eletrificação de pequenas comunidades, que se esperava “ter financiamento conjunto, através de recursos do Governo Americano (Aliança Para o Progresso) e de uma contrapartida equivalente em cruzeiros através do Governo Brasileiro, somando essas contribuições cerca de 8 bilhões de cruzeiros” (SUDENE, 1966b, p. 25). Àquela altura, as relações entre Brasil e Estados Unidos passaram a interferir diretamente no Plano de Eletrificação da SUDENE, o que se evidencia também pela embolada elétrica no Ceará.

5. À luz da interferência estadunidense

No final de 1961, a SUDENE ainda não dispunha dos recursos previstos para 1960 e 1961, o que inviabilizava a devolução e redistribuição dos repasses que tinham sido aplicados em obras emergenciais de eletrificação. Destes, Cr\$ 230 milhões se destinaram à rubrica “Ampliação e reforma em Fortaleza” e mais Cr\$ 72 milhões para a “Energia Elétrica de Fortaleza”. As próprias obras emergenciais necessitavam de suplementação de recursos sob o risco de maiores prejuízos no caso de atraso ou não conclusão, sendo aprovado o “Plano de adiantamento para prosseguimento de obras de absoluta urgência no setor de energia elétrica” (SUDENE, Resolução nº 54, 1961).

O primeiro item do plano referiu-se a investimentos no então SERVILUZ para cobrir o aumento nas despesas com a importação e a instalação de quatro motores diesel-elétricos da fábrica estadunidense Fairbanks-Morse. De acordo com as justificativas, o estator de um dos motores caiu no mar no porto cearense de Mucuripe e o valor do seguro não cobriria a taxa de câmbio maior da peça substituída, bem como os custos com transporte, seguro e montagem. O sistema também demandou um reforço na verba prevista para a constituição de uma reserva de óleo, em virtude da brusca elevação do preço do combustível decorrente da reforma cambial. A situação exigia “pronto atendimento sob pena de verificar-se a paralização dos serviços elétricos em Fortaleza, com funestas consequências” (SUDENE, Resolução nº 54, 1961).

Dois anos depois, Furtado apontava que a situação em Fortaleza tinha melhorado devido à ação da SUDENE quanto ao reequipamento das instalações de geração de energia elétrica e da rede de distribuição da cidade. Além disso, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

(USAID) havia aprovado um projeto de financiamento, envolvendo um crédito em dólares com condições de pagamento favoráveis a ser repassado para a CONEFOR a fim da instalação de 18.000 kW suplementares, em unidades diesel geradores tipo compacto (SUDENE, Resolução nº 823, 1963). O andamento foi registrado em atas, as quais informaram que incremento decorreria da instalação de 12 unidades compactas fornecidas pela General Motors (SUDENE, Atas do Conselho Deliberativo, 1963).

Tudo leva a crer que o projeto mencionado relacionava-se ao programa Fortaleza Emergency Power financiado pela USAID. Dados encontrados em relatório do Congresso Nacional dos Estados Unidos referiram-se a um empréstimo de mais de dois milhões de dólares, autorizado em 09 de julho de 1963 para geradores elétricos destinados a SUDENE/CONFOR (United States of America, 1967). No ano seguinte, outro relatório reportou um empréstimo em valor semelhante, destinado ao Fortaleza Emergency Power (Agency for International Development, 1968, p. 56).

Naquele momento, as adequações e aditamentos nos planos da SUDENE refletiam o que se processava em um contexto mais amplo, o qual inseria o Nordeste no radar da política externa norte-americana.³ Conforme relata Rosa Freire D'Aguiar,

Um das vertentes mais instigantes da correspondência de Celso nesse período é a que trata das relações entre ele e os representantes da Aliança para o Progresso (AP), esse vasto programa de cooperação lançado pelo presidente John F. Kennedy (JFK) e voltado para o desenvolvimento da América Latina. Se desde sua criação a Sudene atraiu a atenção de observadores internacionais, em 1961 sua visibilidade se reforçou sobremodo. Em julho desse ano Celso foi aos Estados Unidos em missão oficial. Recebido pelo presidente Kennedy na Casa Branca e pelo secretário de Estado Dean Rusk, a eles expôs as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste. O resultado mais imediato da visita foi — além da vinda ao Nordeste de várias missões técnicas da Organização das

3 No contexto da denominada Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética (URSS), a miséria e a agitação das Ligas Camponesas tornavam o Nordeste um meio propício para disseminação do comunismo aos olhos norte-americanos, pairando a ameaça da Revolução Cubana (1959).

Nações Unidas (ONU) — a aceleração da cooperação da Sudene com a AP.

A leitura das cartas permite retrair o itinerário que levou Celso Furtado, em relação à AP, de um otimismo moderado a uma fundada descrença nos ambiciosos propósitos que inicialmente nortearam essa iniciativa de Kennedy (D'Aguiar, 2019, p. 223-224).



Figura 2. Presidente John Kennedy e Celso Furtado, 1961. Foto: O Cruzeiro/Arquivo Estado de Minas, 14/7/1961.

Para todos os efeitos, Furtado se esforçava para manter-se leal ao que ele próprio declarara no relatório elaborado para Jânio Quadros no retorno de Washington:

Estamos conscientes de que esse [a pobreza na área nordestina] é um problema nosso, que somente nós, brasileiros, poderemos adequadamente formulá-lo e efetivamente solucioná-lo; “a ajuda externa é de grande importância para apressar os resultados concretos, mas poderia ser até negativa se nós mesmos não estivéssemos em condições de enfrentar o problema”.

(Apud. D'Aguiar, 2019, p. 224)

Já sob a pressão da Aliança para o Progresso e do financiamento via USAID, o desgaste de Furtado ao lidar com a interferência norte-americana nas ações da SUDENE no período foi relatado em depoimentos, como alguns registrados pela Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco. Ao avaliar o significado da

criação da SUDENE e o papel da Aliança para o Progresso, o advogado Clemente Rosas relatou que a Cooperação Internacional (CI)

não tinha esse nome ainda, era chamada de GAP, Grupo da Aliança para o Progresso, que não me era simpático. Marcos Lins me convenceu de que a CI ia se construir e que a missão era controlar a ação dos americanos em sua política de assistência técnica ao Nordeste. Começou com a visita que dr. Celso Furtado fez ao presidente Kennedy, falou dos problemas do Nordeste, já havia muita notícia dos riscos que o Nordeste tinha de se converter num novo Vietnã, etc. e conseguiu uma determinada verba para ser aplicada, segundo os sonhos dele, nos planos de desenvolvimento que a Sudene ia implementar. Foi uma ilusão porque, de fato, o governo americano implantou no Nordeste uma missão, USAID, Assistência Internacional para o Desenvolvimento dos Estados Unidos. (...) Na realidade, eles não vieram colaborar com o plano de Celso Furtado, eles vieram também pra planejar e orientar os recursos para as prioridades deles, definidas por eles. Então o nosso papel era exatamente tentar controlar isso. Como se fosse um pequeno Ministério de Relações Exteriores da Sudene. Me lembro do nome de alguns deles: John Javrotsky, Donald Finberg, James Houska e Dennys Goulet (Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara, Pernambuco, 2017, p. 62)

O caso do Fortaleza Emergency Power é emblemático nesse sentido, conforme ressaltou o próprio Clemente Rosas acerca dos conflitos entre os propósitos da SUDENE e as reais intenções estadunidenses:

O caso mais ilustrativo é o “Fortaleza Emergency Power”. No tempo que a energia elétrica de Paulo Afonso ainda não chegava em Fortaleza, cogitou-se de ter um gerador termo elétrico para atender as necessidades da cidade enquanto as linhas de Paulo Afonso não chegassem. Isso seria custeado pelo governo americano com recursos para se comprar esse gerador enquanto a energia de Paulo Afonso não chegasse. O que ocorreu é que ao discutir o convênio, esperava-se que uma vez Fortaleza abastecida de energia elétrica, esse gerador pudesse ser deslocado para outros lugares, segundo as prioridades da Sudene, para que pudesse atender outras populações. Eles incluíram no convênio uma regra que qualquer deslocamento tinha que ter autorização prévia da USAID, com o que nós não concordamos e dr. Celso Furtado manteve a nossa posição. Veio até um advogado de Washington especialmente pra isso, não falava uma palavra de português, conversou conosco, não se resolveu, foi a dr. Celso e este manteve a posição. Ai eu me lembro que uma hora lá, lendo o texto ele disse que não, isso não era uma questão de “wording”, era questão de princípios. E o princípio é esse: vocês estão querendo fazer uma

doação com uma cláusula onerosa, quase uma reserva de domínio, e nós não aceitamos isso. E aí ficou o impasse. Acabou sendo resolvido de uma forma conciliatória, até porque os técnicos da área disseram que o gerador podia ficar como uma unidade de reserva para quando houvesse panes ou qualquer outro tipo de problema com a linha de Paulo Afonso. (Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara de Pernambuco, 2017, p. 62-63)

O próprio Furtado relatou que um dos problemas enfrentados em relação à cooperação estadunidense “dizia respeito à excessiva interferência da agência americana na execução das obras e na utilização futura dos bens comprados com os recursos emprestados” (Furtado, 1989, p. 132). Desse modo, num contrato de financiamento para a compra de um conjunto de geradores diesel-elétricos dos Estados Unidos

destinados a servir à cidade de Fortaleza – aliviando-a enquanto era construída a linha de transmissão de Paulo Afonso – foi incluída uma cláusula estipulando que qualquer utilização futura desse equipamento, que pertencia à SUDENE, ficaria na dependência de decisão de autoridade americana. Cláusulas idênticas deveriam ser aplicadas no caso de financiamentos para importação de equipamento rodoviário, de irrigação ou outro qualquer. Era como se pretendessem introduzir miríades de ataduras aos órgãos operacionais da SUDENE, que, no futuro, para tomar qualquer decisão envolvendo parte de seu equipamento de trabalho, deveria pedir autorização por escrito e submeter-se a sindicância e auditoria (Furtado, 1989, p. 132).

No caso do sistema de Fortaleza, a grande participação de moeda estrangeira em seu financiamento também poderia ser explicada pela atuação de Virgílio Távora. Desde os primórdios da eletrificação do Cariri, ele manteve contato constante com representantes estadunidenses, o que ficou patente ao assumir o governo do Ceará e participar quase que imediatamente de uma reunião com a Aliança para o Progresso nos Estados Unidos, visando obter recursos para as metas do I PLAMEG. Seu ponto de vista foi consolidado no documento A Aliança para o Progresso e o setor Privado (1964), no qual teceu considerações acerca da evolução do setor privado no Nordeste, a participação da USAID e a articulação

de diversos órgãos na execução desses investimentos (Lima, 2015, p. 155).

Nesse sentido, a atuação de Távora teve peso na condução do programa de trabalho da CERNE nas comunidades rurais do Ceará. Em maio 1963, o Conselho Deliberativo da SUDENE foi comunicado que a CERNE concluía o projeto referente à primeira etapa de Eletrificação das Pequenas Comunidades Rurais (72 comunidades), constando na respectiva ata: “A execução desse programa exigirá recursos do II Plano Diretor e também contará com a colaboração de verbas da Aliança para o Progresso, através da USAID” (SUDENE, Ata da 3ª reunião do Conselho Deliberativo, 1963).

Os registros da reunião seguinte revelam as pressões advindas da política externa que recaíam sobre a SUDENE, destacando-se uma fala de Gilberto Freyre a esse respeito. Depois da notícia sobre o andamento do plano, a palavra foi concedida

ao Conselheiro Gilberto Freyre que, em primeiro lugar, demonstra sua satisfação em virtude da aprovação do II Plano Diretor; em segundo lugar, solicita ao Superintendente Celso Furtado que faça um pronunciamento, no sentido de melhor esclarecer este Conselho, definindo a posição da SUDENE quanto a assuntos relativos a convênios com organismos internacionais e se a SUDENE continua sendo um órgão de todo hábil para firmar tais convênios, quando se refiram ao desenvolvimento do Nordeste. Estas indagações são feitas, tendo em vista noticiário da Imprensa que demonstra um certo receio quanto a essas negociações internacionais (SUDENE, Ata da 38ª reunião ordinária

do Conselho Deliberativo, 1963).

Em resposta, Celso Furtado informou que o noticiário sobre o assunto padecia de um melhor esclarecimento e que mantinha entendimentos com o Presidente, o Consultor Geral da República e o Ministro das Relações Exteriores. Segundo Furtado, o governo federal estava empenhado para que o Brasil fosse alvo da cooperação internacional mais ampla possível e que esses programas não causassem dificuldade no plano internacional, declarando:

Com respeito à SUDENE, é este o único órgão da República que, através de acordos entre Governos, foi encarregado da execução desses programas de cooperação internacional. É o que contem o acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, dispondo que o Brasil será representado pela SUDENE. (...) Os Senhores Conselheiros podem estar tranquilos porque o Nordeste tem sido apresentado perante o Governo como uma região onde a cooperação internacional vem se desenvolvendo normalmente, dentro de um espírito de acatamento e respeito à soberania nacional (SUDENE, Ata da 38ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo,

1963).

Ainda na mesma reunião, mencionou-se um telegrama recebido por governadores e firmado pelo Ministro da Justiça, no qual se dizia expressamente que os programas de cooperação internacional deveriam ser encaminhados por meio do Ministério das Relações Exteriores, via Itamarati. Furtado ressaltou que os programas de ajuda internacional destinados ao Nordeste precisariam ser apresentados à SUDENE, (SUDENE, Ata da 38ª reunião do Conselho Deliberativo, 1963).

A interferência estadunidense se fortalecia a despeito da atuação da SUDENE quando enalçava os interesses particulares e se aproveitava de posições políticas específicas, a exemplo das relações que Virgílio Távora detinha com a Aliança para o Progresso, o que minava qualquer pretensa noção de um espírito coletivo para o Nordeste. Outro episódio que depõe nesse sentido ocorreu durante a visita de Edward Kennedy à região, em 1961, a qual já havia sido comunicada a Furtado em seu encontro nos Estados Unidos com o presidente norte-americano (Ribeiro, 2006, p. 142-143).

Pouco depois, conforme o acordado entre Kennedy e Furtado, chegou a Recife uma equipe técnica norte-americana chefiada pelo economista e embaixador Merwin Bohan, com o objetivo de realizar uma pesquisa geral das necessidades econômicas do Nordeste, sem propósitos políticos imediatos. O grupo percorreu a região, conferenciando com o pessoal técnico da SUDENE e também com

a burocracia federal estadual. Como militantes da Aliança para o Progresso,

endossavam a presença americana na região e acreditavam em um esforço subordinado aos da Superintendência e seus planos de desenvolvimento. A linha de trabalho era abrir uma franca discussão com o pessoal da SUDENE, deixando claro que não estavam interessados em um programa independente e que o tamanho da missão que se estabeleceria posteriormente seria pequeno e não concorreria com a agência nacional. Com esta orientação, a equipe trabalhou estreitamente com os técnicos de Celso

Furtado (Ribeiro, 2006, p. 144).

Especificamente sobre a passagem da equipe norte-americana, Furtado relatou: “Surpreendeu-me que os membros da missão Bohan, que certamente haviam sido amplamente assessorados por agentes da CIA, não compreendessem quão contraproducente seria encher o Nordeste de tabuletas da Aliança para o Progresso, alardeando pequenas obras de fachada” (Furtado, 1989, p, 131). Mais adiante, após considerar também outras questões, ele conclui:

Havíamos lutado duramente para impor um planejamento coerente e submeter as iniciativas dispersas dos governos estaduais a diretrizes orientadas para a integração regional. É natural, portanto, que resistíssemos às ingerências de uma agência de um governo estrangeiro que pretendia sobrepor sua doutrina e suas prioridades a uma política tecnicamente consistente, democraticamente concebida na região e sancionada pelo Congresso

Nacional (Furtado, 1989, p. 132)

Embora as intenções tenham sido outras, a cooperação internacional se processou de forma diversa na prática. Caberia aqui mencionar que, no contexto mais amplo, o Brasil enfrentava sérias restrições no balanço de pagamentos naquele início da década de 1960 e precisava do apoio financeiro dos Estados Unidos para evitar uma moratória. Mesmo com o avanço da substituição de importações no pós-Segunda Guerra Mundial, a economia brasileira dependia de produtos estrangeiros (Saes; Loureiro, 2012, p. 22-23). Ora acusado de “entreguista”, ora de “comunista”, João Goulart sofreu pressões de Washington em várias direções, as quais podem ser

especialmente notadas nas questões relativas ao Nordeste e ao setor elétrico pelas conjunturas que lhes eram próprias.

Observa-se que até a parcela já estatizada ou nacionalizada do setor elétrico brasileiro acabava submetida aos arranjos da política externa, tendo em vista a dependência dos equipamentos e combustíveis produzidos nos Estados Unidos. O caso da solução emergencial das termelétricas no Ceará foi um bom exemplo disso, tendo em vista que evidencia a subjugação de ações previstas nos dois planos diretores elaborados por Furtado aos ditames norte-americanos, concretizados na paulatina abertura ao financiamento da USAID e na interferência, cada vez maior, da Aliança para o Progresso.

Nas reflexões de A Fantasia Desfeita, Furtado relatou que partira do princípio de que, sob a liderança de Kennedy, a Aliança para o Progresso constituía uma nova era nas relações com os Estados Unidos, fundadas na confiança. Quando o primeiro convênio foi assinado, em maio de 1962, Furtado afirmou que estaria em processo uma modificação significativa na visão que se tinha, no Nordeste, dos Estados Unidos e de seu papel na criação do mundo em que teremos de viver todos. Mas a prática demonstrava que não havia confiança. Descreveu: “Nós éramos vistos como parte do problema, e não a solução. A grande torpeza que fora a operação da Baía dos Porcos, em Cuba, fazia-os comportar-se com a insegurança de crianças surpreendidas furtando doce. Dessa forma, tornaram-se também eles – os dirigentes locais da agência responsável pela Aliança – um problema adicional para nós” (Furtado, 1989, p. 133).

6. Considerações finais

Embora apresentasse uma perspectiva abrangente e consistente, o Plano de Eletrificação do Nordeste de Celso Furtado na SUDENE teve a sua

execução compassada por emboladores que nem sempre respeitaram as regras do repente.

Uma provável explicação seria que, por sua natureza, o plano contava com a autonomia e respaldo da SUDENE, mas o poder para regular o orçamento e a implantação estava sob o controle de organismos nem sempre afeitos aos propósitos enunciados.

O plano sofreu constantes interferências que visavam atender a múltiplos interesses, exigindo de Furtado o difícil equilíbrio entre o seu esforço intelectual e a política sujeita às forças locais e estrangeiras. Com o êxito a depender da cooperação e boa-fé dos diversos agentes envolvidos, ele buscou contornar os descompassos, lançando mão de sua habilidade em planejar e aliar consensos.

Apesar de desafinado em vários trechos, não se diria que o esforço de Furtado foi totalmente em vão. Assim como enfrentou a seca e a fome, tirou milhares da escuridão.

Referências Bibliográficas:

- Documentos produzidos pela SUDENE:

GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife: SUDENE, 1967 (2ª edição).

SUDENE. **I Plano Diretor de desenvolvimento econômico e social do Nordeste (1961-1963)**. Recife: Divisão de documentação da SUDENE, 1966a.

SUDENE. **II Plano Diretor de desenvolvimento econômico e social do Nordeste (1963-1965)**. Recife: Divisão de documentação da SUDENE, 1966b.

Atas, Resoluções e demais documentos produzidos pela Secretaria Executiva ou Conselho Deliberativo da SUDENE.

- Legislação:

BRASIL. **Lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959**. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste dá outras providências.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.031 de 3 de outubro de 1945**. Autoriza a organização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

- Depoimentos:

BARROSO, Parsifal. Entrevista concedida à profa. Luciana Silveira de Aragão. Universidade Federal do Ceará/Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, em dia 14 de Julho de 1976. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 25/08/2015.

TÁVORA, Virgílio. Entrevista concedida à profa. Luciana Silveira de Aragão. Universidade Federal do Ceará/Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, em dia 14 de Julho de 1976. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 06/03/2015.

- Outros:

UNITED STATES OF AMERICA. **Congressional Record**. Proceedings and debates of the 90th Congress Session, volume 113 - parte 13. Washington: United States Government Printing Office, 1967.

AGENCYFORINTERNATIONALDEVELOPMENT. Operations Report. Washington: Agency for International Development FY, 1968.

Bibliografia:

ARAÚJO, Pedro Gomes Maranhão. Energia elétrica no Nordeste Brasileiro: das primeiras termelétricas às usinas fotovoltaicas e eólicas. Procondel/Sudene, 2016.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

- BRANCO, Catullo Flaquer. **Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- CASTRO, Nivalde José. **O setor de energia elétrica no Brasil**: a transição da propriedade privada para a propriedade pública, 1945-1961. Dissertação (Mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1985.
- COMISSÃO MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CAMÊRA (org.). **Relatório Final** (volume II). Recife: Governo de Pernambuco, 2017.
- D'AGUIAR, Rosa Freire. "Celso Furtado e a Aliança para o Progresso". In: CENTRO CELSO FURTADO. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 25, p. 223-230, jul.-dez. 2019.
- FGV. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro, FGV, 2001.
- FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- GUIDO, Cristina. **Celso Monteiro Furtado**. FGV-CPDOC. Verbete-biográfico, 2009.
- LEITE, Ary Bezerra. **História da energia no Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996.
- LIMA, Átila de Menezes. **A particularidade de um projeto modernizador**: Virgílio Távora e o processo de eletrificação do estado do Ceará de 1950 a 1980. Tese de Doutorado (em Geografia). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2015.
- LOUREIRO, Felipe P. "O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963)". *Revista de Economia Política*, vol. 33, nº 4 (133), pp. 671-691, outubro-dezembro/2013.
- NOBRE, Leila. "De Serviluz a Coelce - A Companhia Energética do Ceará". Fortaleza Nobre, 2012.
- PINTO, Gustavo L.H. "Celso Furtado, 100 anos: A Operação Nordeste". *Boletim Fipe*, n. 476, p. 76-82.
- PINTO, Gustavo L.H. "Celso Furtado, 100 anos: Uma política de desenvolvimento para o Nordeste". *Boletim Fipe*, n. 478, p. 55-62.
- RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- SAES, Alexandre Macchione; SASSE, Carla Muller. "A AMFORP e o setor elétrico brasileiro (1926-1964)". *Anuário CEEED*. Buenos Aires, v. 4, n. 4, p. 111-148, 2012.
- SAES, Alexandre Macchione; LOUREIRO, Felipe Pereira. **From foreign to state investment in the brazilian electric power sector**: the expropriation of the American Foreign and Power in Brazil (1959-1965). Department of Economics - FEA/USP/ Working Paper Series. São Paulo, n. 2012-08, 2012.
- SILVA, Marcelo Squinca da. **Energia elétrica: estatização e desenvolvimento, 1956-1967**. São Paulo: Alameda, 2011.
- TRIBUNA DO NORTE. "50 anos do Governo da Esperança: A energia de Paulo Afonso é nossa...". *Tribuna do Norte*, 30 jan. 2011.
- VIEIRA, Rosa Maria. **Celso Furtado - A construção do Nordeste**. FGV-EAESP/GVPesquisa. Relatório nº 24, 2004.

Porque se preocupar com o poder das big techs é uma questão de soberania

Julia Tieme Filie Kamada¹

Em março de 2022, os cidadãos da Rússia foram impedidos de realizar pagamentos por meio da Apple e Google como resultado de sanção econômica imposta ao país no contexto da proclamação da guerra contra a Ucrânia². A situação, que de imediato provocou caos nas grandes metrópoles russas, não é um exemplo isolado ou potencialmente irrepetível, e demonstra que o poder magnânimo das grandes plataformas digitais (“Big Tech”) permite que seus países de origem, em especial os Estados Unidos, utilizem-nas como instrumentos de dominação econômica, política e jurídica.

Evidentemente, a instrumentalização de empresas para a promoção de políticas econômicas sancionatórias pelos estados nacionais não é uma novidade na história. Ainda, a própria atuação de potências como os Estados Unidos em outras jurisdições com o objetivo de defender os interesses de suas companhias é uma prática imensamente difundida.

Para além disso, o que faz, então, o poder das Big Techs ser algo especialmente preocupante do ponto de vista da soberania nacional? O presente artigo visa a fomentar esse debate a partir da análise de características próprias dessas corporações, considerando a situação de dependência e subdesenvolvimento do Brasil.

As Big Techs e sua tecnologia respondem aos Estados Unidos: segurança nacional

1 Graduada em Direito pela USP

2 ROTH, Emma. Apple Pay closes loophole that allowed Russian users to pay with Mir cards. The Verge. 26/03/2022.

Disponível em

<<<https://www.theverge.com/2022/3/26/22997758/apple-pay-google-pay-loophole-mir-cards-russia-payment-system-ukraine-war>>>

Acesso: 11/07/2023

Amazon, Apple, Alphabet (Google), Microsoft e Meta (Facebook, Instagram e WhatsApp) são as maiores Big Techs do mundo. Juntas, segundo dados da Agência TradeMap, o valor de mercado dessas empresas chega a US\$7,28 trilhões³.

Todas essas empresas têm como centro decisório os Estados Unidos, mais especificamente o Vale do Silício, maior tecnopolis do mundo e local de desenvolvimento das tecnologias utilizadas pelas Big Techs.

O sucesso do Vale do Silício não é um fenômeno espontâneo: é cediço o papel do financiamento, subsídios e incentivos fiscais concedidos ao local pelo governo estadunidense, tanto para seu desenvolvimento quanto para sua subsistência⁴.

Mas, nesse caso, os estímulos econômicos ultrapassam os fins “tradicionais” de proteção ao mercado interno, geração de empregos e impulsionamento das exportações, embora esses objetivos estejam presentes.

Fato é que o governo dos Estados Unidos rapidamente percebeu que a inovação trazidas pelas Big Techs, a coleta e o uso de dados, não têm utilidade meramente econômica, mas sim um enorme potencial de uso pela indústria de defesa, por exemplo, para a prática espionagem, controle e interferência em relação a quem ou ao

3 ZANATTA, Pedro. Big Techs ganharam US\$ 1,1 trilhão em valor de mercado em 2023, diz pesquisa. CNN Brasil. 03/02/2023. <<<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/big-techs-ganharam-us-11-trilhao-em-valor-de-mercado-em-2023-diz-pesquisa/>>> Acesso: 29/07/2023

4 MOHAMMED, Zaineb. Silicon Valley: Your Tax Dollars at Work. Mother Jones. Disponível em <<<https://www.motherjones.com/politics/2013/10/timeline-technology-silicon-valley-government-subsidies/>>> Acesso: 29/07/2023

que o país julgar como inimigo⁵.

Drones, software de geolocalização, spyware e outras ferramentas semelhantes são emblemáticos de uma nova série de colaborações entre as Big Techs e as grandes estruturas de defesa, a Big Defense. Nas últimas duas décadas, o DD [Departamento de Defesa] e 17 agências governamentais dos EUA, coletivamente conhecidas como Comunidade de Inteligência dos EUA [US Intelligence Community], tentaram capturar a inovação tecnológica em sua fonte: o Vale do Silício. Agências militares e de espionagem fizeram isso criando postos avançados ao longo da Costa Oeste; organizaram um conselho consultivo de alto nível que liga o Pentágono às grandes empresas de tecnologia; coordenaram cúpulas, fóruns e reuniões privadas com investidores influentes e executivos corporativos; e apelaram diretamente para os corações e mentes dos empresários, engenheiros, cientistas da computação e pesquisadores que às vezes são céticos em relação aos burocratas do governo, especialmente os do Departamento de Defesa⁶.

Esse é o primeiro ponto de atenção em relação às Big Techs e soberania nacional. Pouco importa seu caráter privado, as Big Techs estão intimamente ligadas aos interesses dos Estados Unidos. Mais que isso, elas conferem poderes de vigilância excepcionais a esse país, cuja política externa, principalmente em relação aos países subdesenvolvidos, orienta-se no sentido de impedir a independência e autonomia econômica e decisória dessas nações. O Brasil não foge a essa regra⁷.

5 GALA, Paulo. Como o governo americano ajudou na criação do Google e do Vale do Silício. Disponível em <<<https://www.paulogala.com.br/como-o-governo-americano/>>> Acesso: 29/07/2023

6 GONZÁLEZ, Roberto. EUA: o braço armado das Big Techs. Outras Palavras. 24/05/2023. Disponível em <<<https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/o-braco-armado-das-big-techs/#:~:text=Em%20setembro%20de%202011%2C%20militares,nos%20Estados%20Unidos%20E%28%93%20no%201%3C%AAmen.>>> Acesso: 30/07/2023

7 Em relação aos golpes de Estado sob interferência estadunidense, ver JOFFILY, Mariana. A política externa dos EUA, os golpes no Brasil, no Chile e na Argentina e os direitos humanos, Topoi, 19 (38), Rio de Janeiro, 2018. Sobre mecanismos não bélicos de interferência utilizados pelos Estados Unidos, ver: VALIM, Rafael. ZANIN, Martins Cristiano. ZANIN, Teixeira Valeska. Lawfare: uma Introdução. Editora Contracorrente, 1ª edição, 2019. Para interferência dos Estados Unidos em outras economias, representando principalmente suas empresas, ver ARON, Matthieu. PIERUCCI, Frédéric. Arapuca Estadunidense: Uma Lava Jato Mundial, Kottler Editorial; 1ª edição, 2021. Em relação à atuação dos Estados Unidos para desestruturação das bases produtivas do Brasil, ver: COSTA PINTO, Eduardo. GUEDES PINTO, José Paulo; SALUDJIAN, Alexis. NOGUEIRA, Isabela; BALANCO, Paulo; SCHONERWALD, Carlos; BARUCO, Grasiela. A Guerra de Todos Contra Todos e a Lava Jato: a Crise Brasileira e a Vitória do Capitão Jair Bolsonaro. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. 54. P. 107-147. Setembro 2019 - Dezembro 2019. Página 24. Sobre a prática de espionagem com colaboração entre empresas de tecnologias e Estados Unidos, ver documentos da National Security Agency dos EUA (NSA) publicados por Edward Snowden.

As Big Techs são alimentadas por dados

As Big Techs são alimentadas por dados. Algumas, como é o caso do Google e do Facebook, são exclusivamente alimentadas por dados. Essa é a característica que as diferencia de outras empresas, bem como o que as torna inovadoras.

Inicialmente, as Big Techs desenvolveram um modelo de negócios baseado na coleta e tratamento de dados para treinar algoritmos capazes de mapear os comportamentos dos usuários, de forma a entender o que eles gostariam de consumir, utilizando todas essas informações como moeda de vendas para anúncios⁸. Posteriormente, a tecnologia algorítmica avançou de tal forma não só a prever como também a influenciar o que o usuário passaria a consumir⁹.

Ainda, dados são facilmente militarizados: desenvolvimento de armas virtuais, possibilidades de ataques via drones, hipervigilância e rastreamento são possibilidades e tecnologias oriundas e aperfeiçoadas justamente pela coleta e tratamento de dados¹⁰. Não é à toa o interesse dos Estados Unidos pelas empresas do Vale do Silício.

Outra utilidade é o fato de que ter uma numerosa e vasta base de dados traz uma perspectiva de rendimentos muito promissora a suas detentoras (Big Techs), visto que os dados também alimentam e desenvolvem as

8 AVILA PINTO, Renata. Digital Sovereignty or digital colonialism? Sur - International Journal on Human Rights. Maio de 2018. Disponível em <<<https://sur.conectas.org/en/digital-sovereignty-or-digital-colonialism/>>> Acesso: 11/07/2023

9 “Nunca um setor pequeno teve tanto poder sobre o mundo inteiro, para monitorar o presente e prever comportamentos futuros não apenas de indivíduos, mas de populações inteiras. O problema é mais alarmante quando consideramos como os setores público e privado estão se fundindo em corporações em busca da dominação global, penetrando em todos os governos, movimentos populares, mediando toda ação na vida de cada pessoa conectada por meio de dispositivos digitais e coleta de dados.” Ibidem.

10 GONZÁLEZ, Roberto. EUA: o braço armado das Big Techs. Outras Palavras. 24/05/2023. Disponível em <<<https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/o-braco-armado-das-big-techs/#:~:text=Em%20setembro%20de%202011%2C%20militares,nos%20Estados%20Unidos%20E%28%93%20no%201%3C%AAmen.>>> Acesso: 30/07/2023

ferramentas a base de inteligência artificial,¹¹ uma tecnologia em constante expansão e que promete, entre outros fatores, o aumento da produtividade.

Tal busca pela produtividade significa o aumento exponencial dos lucros. De fato, a chance de auferir lucros exorbitantes segundo Shoshana Zuboff, foi uma das principais razões para a corrida por trás da ciência de coletas de dados.¹²

Conforme explica Sérgio Amadeu, este cenário é aproveitado pela “lógica neoliberal, [que] para ser mais bem aplicada, buscou intensificar o uso das tecnologias da informação para obter alta lucratividade e reduzir custos, seja onde for (...). O ordenamento neoliberal hoje está se consolidando em busca da dataficação de tudo e de todos.”¹³

A questão de preocupação é que a grande maioria dos dados de indivíduos e nações de todo o mundo é escoada para somente cinco empresas, vinculadas a um único país. Que utilizam dessa vantagem para continuar aumentando as desigualdades entre os países que produzem e consomem essas tecnologias. Não bastasse, a tendência é o agravamento desse fenômeno, com a expansão das Big Techs.¹⁴

As Big Techs estão em constante expansão: colonialismo digital

Quanto mais dados, mais informações, mais possibilidade e mais rendimentos. A coleta massiva de dados é condição para que as Big Techs sigam produzindo tecnologias cada vez mais avançadas para continuarem em posição vanguardista, que as permite auferir lucros acima da média.

Nessa toada, as Big Techs estão em constante busca por novos mercados, em especial nos países subdesenvolvidos, que lhes trarão rendimentos à medida que são, simultaneamente, (i) carentes de infraestrutura digital, a ser fornecida por essas empresas e (ii) potenciais fontes de dados. Assim, “as populações off-line do mundo são o território disputado dos impérios tecnológicos, porque quem as aprisionar em seu feudalismo digital deterá a chave para o futuro.”¹⁵

Michael Kwet nomeia tal fluxo de “colonialismo digital”. Segundo ele, tal qual no período colonial “clássico”, em que companhias monopolistas eram utilizadas pelos Estados como instrumentos de conquista de matérias primas e mercados, as matérias primas de hoje também envolvem os dados coletados e coletáveis pelas Big Techs.¹⁶

11 DZIEZA, Josh. O exército (sub-)humano que alimenta a IA. Outras Palavras. 29/06/2023. Disponível em <<<https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/exercito-sub-humano-que-alimenta-a-ia/>>> Acesso: 12/07/2023

12 AVILA PINTO, Renata. Digital Sovereignty or digital colonialism? Sur - International Journal on Humans Rights. Maio de 2018. Disponível em <<<https://sur.conectas.org/en/digital-sovereignty-or-digital-colonialism/>>> Acesso: 11/07/2023

13 AMADEU, SÉRGIO. A cultura da soberania de dados diante do neocolonialismo. Seminário SMIC da Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, Novembro de 2019. Disponível em <<<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fundacao-municipal-de-cultura/2021/artigo-9.pdf>>> Acesso: 12/07/2023

14 AMADEU, Sérgio. O Colonialismo digital datificado. Insurgência. 26/11/2021. Disponível em <<<https://www.insurgencia.org/blog/sergio-amadeu-o-colonialismo-digital-datificado>>> Acesso: 29/07/2023 e AVILA PINTO, Renata. Digital Sovereignty or digital colonialism? Sur - International Journal on Humans Rights. Maio de 2018. Disponível em <<<https://sur.conectas.org/en/digital-sovereignty-or-digital-colonialism/>>> Acesso: 11/07/2023

15 “Os gigantes da tecnologia estão atualmente engajados em esforços agressivos para investir em áreas que tradicionalmente pertenciam ao Estado ou a outras agências e provedores especializados. Atualmente, duas empresas de tecnologia sediadas na Califórnia (Facebook e Google), uma gigante do espaço na Califórnia (SpaceX) e uma empresa de satélites em New Jersey (OneWeb) estão envolvidas em corridas aceleradas para conectar os desconectados.” Ibidem.

16 “Muito parecido com o colonialismo clássico, dados foram ingeridos como matéria-prima para as potências imperialistas, que processam os dados e fabricam os serviços de volta ao público global, o que fortalece ainda mais sua dominação e coloca todos os demais em uma situação subordinada de dependência.” KWET, Michael. A ameaça nada sutil do colonialismo digital. Outras Palavras. 15/03/2021. Disponível em <<<https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/a-ameaca-nada-sutil-do-colonialismo-digital/>>> Acesso: 29/07/2023. Para mais de colonialismo digital, ver KWET, Michael. Digital colonialism: US empire and the New Imperialism in the Global South. August 15, 2018: Race & Class Volume 60, No. 4 (April 2019). Ainda, esse cenário coloca os países subdesenvolvidos em relação de vulnerabilidade também do ponto de vista da segurança nacional, uma vez que não há critérios que limitam o compartilhamento de dados de seus cidadãos com as Big Techs e seus países de origem. Por outro lado, conforme relata Sérgio Amadeu, “os dados dos estudantes estadunidenses e franceses dificilmente seriam armazenados e tratados fora de seus países, dificilmente poderiam ser levados para um data center na Rússia, China ou Brasil, que não fosse de propriedade de suas empresas nacionais.” em AMADEU, Sérgio. O Colonialismo digital datificado. Insurgência. 26/11/2021. Disponível em <<<https://www.insurgencia.org/blog/sergio-amadeu-o-colonialismo-digital-datificado>>> Acesso: 29/07/2023

Para além da dominação do mercado interno dos países subdesenvolvidos, o autor também aponta para o fato de que Big Techs exploram os recursos naturais e minerais dos países subdesenvolvidos que servirão como insumos para a produção tecnológica, muitas vezes a partir da utilização de trabalho infantil.¹⁷ A exploração do trabalho é recorrente inclusive no aperfeiçoamento de tecnologias de inteligência artificial, estimuladas a partir do trabalho humano mal remunerado e exercido em condições precárias.¹⁸

Entretanto, ao contrário do processo de espoliação nítido praticado durante as experiências coloniais anteriores, o processo de colonialismo digital tende a ser mais sutil. Principalmente porque a grande maioria dessas empresas não cobra pelos seus serviços, o que nem de longe significa que as atividades ditas como “gratuitas” pelas Big Techs sejam de fato sem custos. Já vimos que os indivíduos pagam o preço lançando mão de seus dados e privacidade e, os Estados, de sua soberania.

Ou seja, o colonialismo digital é a “consolidação de uma divisão desigual de trabalho, onde os poderes dominantes fizeram uso das suas propriedades de infraestrutura digital, conhecimento e controle dos meios de computação para manter o Sul em uma situação de dependência permanente.”¹⁹

A dependência tecnológica

A inovação e produção tecnológica são essenciais para o aumento de produtividade, acúmulo de capitais e garantem poder ao seu controlador.

17 KWET, Michael. A ameaça nada sutil do colonialismo digital. Outras Palavras. 15/03/2021. Disponível em <<<https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/a-ameaca-nada-sutil-do-colonialismo-digital/>>> Acesso: 29/07/2022

18 DZIEZA, Josh. O exército (sub-)humano que alimenta a IA. Outras Palavras. 29/06/2023. Disponível em <<<https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/exercito-sub-humano-que-alimenta-a-ia/>>> Acesso: 12/07/2023

19 KWET, Michael. A ameaça nada sutil do colonialismo digital. Outras Palavras. 15/03/2021. Disponível em <<<https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/a-ameaca-nada-sutil-do-colonialismo-digital/>>> Acesso: 29/07/2023

Segundo Octaviani, essa fato é notado pelos países desenvolvidos, que empreenderam esforços para desenvolver sua capacidade e superioridade de produção tecnológica, geralmente a partir de protecionismo econômico e, após atingir um patamar de superioridade tecnológica, passaram a impedir que países subdesenvolvidos fizessem o mesmo. Nessa dinâmica, como demonstram Prebisch e Celso Furtado, o papel ocupado pelos países desenvolvidos é o de produtores de tecnologias a serem consumidas pelos países subdesenvolvidos.²⁰

A mudança desse cenário desigual entre os países, segundo o pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, passa pela “alteração do poder sobre o progresso técnico”. Ou seja, a superação do subdesenvolvimento passa pelas mudanças das relações de poder a partir da superação da dependência tecnológica.

A dependência tecnológica de um país significa que ele é incapaz de (i) tomar decisões autônomas e elaborar juízos em questões tecnocientíficas (autodeterminação tecnológica) (ii) produzir tecnologias para alcançar sua estratégia de desenvolvimento nacional (autonomia tecnológica).²¹

O perigo da dependência tecnológica vai além de considerações econômicas. Octaviani e Nohara apontam que “um país que não detém a capacidade tecnoindustrial para produzir o estágio mais avançado da técnica (...) torna-se dependente de país que a detém, o que significa não somente subjugação econômica, mas também política e cultural”.²²

20 OCTAVIANI, Alessandro. Poder de controle empresarial e poder de mercado (Parecer). In: Problemas de Direito Econômico: Estudos e Pareceres. São Paulo. Editora Liberars, 2022.

21 Sobre autodeterminação e autonomia tecnológica, ver BERCOVICI, Gilberto, Direito Econômico do Petróleo e dos Recursos Minerais, São Paulo, Quartier Latin, 2011

22 OCTAVIANI, Alessandro e NOHARA, Irene Patrícia. Estatais. Thomson Reuters, Revista dos Tribunais; 2ª edição. Página 83

Em outras palavras, a dependência tecnológica é uma questão de soberania. Hoje, quase todas as atividades brasileiras são mediadas pela infraestrutura oferecida pelas Big Techs. Elas são essenciais para o funcionamento regular das atividades das escolas e universidades brasileiras, comércio, indústria, setor de serviços, utilizadas pelo governo, suas estatais, autarquias etc.

Ainda, informações dos brasileiros tais como rotina, hábitos de consumo, lugares visitados, opiniões políticas, interesses, conexões etc são totalmente conhecidas e controladas por essas empresas.

Assim como a Rússia se viu em uma situação desestruturante ao ser sancionada e proibida de utilizar determinada tecnologia de uma Big Tech do dia para noite, o que garante que o mesmo não aconteça com nosso país caso sejam tomadas decisões soberanas que desagradem as vontades externas? E caso aconteça, somos tecnologicamente autônomos para lidar com sua ausência e propor novas soluções? Se não, quais medidas estão sendo tomadas para prevenir os potenciais impactos desse tipo de ação?

Ou ainda, é de interesse público permitir que grupos privados subordinados a países estrangeiros tenham pleno acesso aos dados pessoais de nossos cidadãos, bem como informações nacionais estratégicas? A segurança nacional não é motivo suficiente para restringir a quantidade e forma de dados que são compartilhados e/ou extraídos por esses grupos?

Veja-se que o problema não é a tecnologia ou os dados em si. Sabemos que muitas das ferramentas e produtos desenvolvidos por essas empresas trouxeram facilidades e melhorias em relação à qualidade de vida, comunicação, transações internacionais e otimização de processos.

O ponto não é retroceder de forma a eliminar essas tecnologias de nosso cotidiano, a grande questão é que somos dependentes de infraestruturas

dominadas por empresas controladas por um pequeno grupo de indivíduos, e em última instância, pelo próprio Estados Unidos, visto que a experiência histórica demonstra que os interesses das Big Techs em relação aos países subdesenvolvidos são os interesses desse país, e vice-versa.

Pelo bem de sua soberania, o Brasil deve se preparar para superar sua dependência em relação às Big Techs. Isso envolve que sejam aplicadas medidas de restrição do poder das Big Techs, tais como disposições regulatórias,²³ mas principalmente, exige a criação de uma política tecnológica a serviço do projeto nacional de desenvolvimento, que vise a fomentar a uma produção própria e autônoma em matéria tecnodigital.

23 Algumas respostas regulatórias que vêm sendo propostas são o fracionamento das Big Techs em empresas menores, autônomas e concorrentes, bem como regulação do comportamento dessas empresas de forma a diminuir seu poder de mercado e aumentar sua responsabilidade, como é o caso do Digital Market Act aprovado em 2023 pela União Europeia.

Referências Bibliográficas:

AMADEU, SÉRGIO. **A cultura da soberania de dados diante do neocolonialismo**. Seminário SMIIC da Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte, Novembro de 2019.

AMADEU, Sérgio. **O Colonialismo digital datificado**. Insurgência. 26/11/2021.

AVILA PINTO, Renata. **Digital Sovereignty or digital colonialism?** Sur - International Journal on Human Rights. Maio de 2018.

BERCOVICI, Gilberto, **Direito Econômico do Petróleo e dos Recursos Minerais**, São Paulo, Quartier Latin, 2011

COSTA PINTO, Eduardo. GUEDES PINTO, José Paulo; SALUDJIAN, Alexis. NOGUEIRA, Isabela; BALANCO, Paulo; SCHONERWALD, Carlos; BARUCO, Grasiela. **A Guerra de Todos Contra Todos e a Lava Jato: a Crise Brasileira e a Vitória do Capitão Jair Bolsonaro**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. 54. P. 107-147. Setembro 2019 - Dezembro 2019.

DZIEZA, Josh. **O exército (sub-)humano que**

alimenta a IA. Outras Palavras. 29/06/2023.

ROTH, Emma. **Apple Pay closes loophole that allowed Russian users to pay with Mir cards.** The Verge. 26/03/2022.

GALA, Paulo. **Como o governo americano ajudou na criação do Google e do Vale do Silício.**

GONZÁLEZ, Roberto. **EUA: o braço armado das Big Techs.** Outras Palavras. 24/05/2023.

JOFFILY, Mariana. **A política externa dos EUA, os golpes no Brasil, no Chile e na Argentina e os direitos humanos,** Topoi, 19 (38), Rio de Janeiro, 2018.

KWET, Michael. **A ameaça nada sutil do colonialismo digital.** Outras Palavras. 15/03/2021.

KWET, Michael. **Digital colonialism: US empire and the New Imperialism in the Global South.** August 15, 2018.: Race & Class Volume 60, No. 4 (April 2019)

MOHAMMED, Zaineb. **Silicon Valley: Your Tax Dollars at Work.** Mother Jones.

OCTAVIANI, Alessandro e NOHARA, Irene Patrícia. **Estatais.** Thomson Reuters, Revista dos Tribunais; 2ª edição. Página 83

OCTAVIANI, Alessandro. Poder de controle empresarial e poder de mercado (Parecer). In: **Problemas de Direito Econômico: Estudos e Pareceres.** São Paulo. Editora Liberars, 2022.

PIERUCCI, Frédéric. **Arapuca Estadunidense: Uma Lava Jato Mundial,** Kotter Editorial; 1ª edição, 2021.

VALIM, Rafael. ZANIN, Martins Cristiano. ZANIN, Teixeira Valeska. **Lawfare: uma Introdução.** Editora Contracorrente, 1ª edição, 2019.

ZANATTA, Pedro. **Big Techs ganharam US\$ 1,1 trilhão em valor de mercado em 2023, diz pesquisa.** CNN Brasil.03/02/2023.

Introdução à contribuição de Kalecki para a teoria do pleno emprego e do desenvolvimento econômico nos países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos: questões econômicas e políticas

Luís Biedermann¹

Introdução

O escopo do presente artigo é introduzir o leitor às contribuições embrionárias de Michał Kalecki (1899-1970) para se pensar a superação do subdesenvolvimento. Para tratarmos da pioneira visão do autor acerca do desenvolvimento do nível de produção e do emprego sob o capitalismo, analisaremos sua teoria da geração e da manutenção do pleno emprego, a ser realizada mediante políticas governamentais para a expansão da demanda efetiva num nível suficiente para a plena utilização da capacidade produtiva (capitalistas desenvolvidos) ou para a construção da capacidade produtiva necessária para a consecução de um programa de desenvolvimento econômico (capitalistas subdesenvolvidos), promovendo, nos dois casos, uma expansão da economia.

A obra do autor nos interessa na medida em que nela há um amplo leque de aproximações com aspectos fundamentais da superação do subdesenvolvimento no Brasil e no Terceiro Mundo em geral. Suas teses podem não só enriquecer as reflexões sobre as questões políticas e econômicas estruturais dos países atrasados, mas também amparar respostas a importantes embates contemporâneos, tais como a luta contra a restrição de investimentos públicos e contra o discurso ideológico sobre a inflação. Assim, pretende-se apresentar possíveis contribuições de Kalecki ao desafio furtadiano.

O artigo está dividido em quatro partes: I - um levantamento geral sobre a perspectiva kaleckiana, passando por sua relação com a teoria do materialismo histórico e da luta de classes de Marx, bem como com a perspectiva científico-metodológica de Keynes; II - a exposição da teoria econômica de Kalecki sobre a geração de pleno emprego; III - os problemas políticos do pleno emprego; IV - a questão do desenvolvimento nos países atrasados. As três últimas partes se baseiam principalmente em seus textos semanais “Três caminhos para o pleno emprego”, “Aspectos políticos do pleno emprego”, “O problema do financiamento do desenvolvimento econômico”, “Que é inflação” e “A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas”.

I. Michał Kalecki: apontamentos gerais sobre seu método e seu legado

Michał Kalecki, nascido na cidade industrial de Łódź, a qual integrou uma grande região polonesa à época sob domínio do Império Russo, foi um economista socialista pioneiro na teoria do desenvolvimento econômico, com proposições sobre a importância da demanda efetiva na determinação do nível de produção e de emprego anteriores mesmo à “revolução keynesiana”. Mais que isso, apresentou um interessante programa para o desenvolvimento econômico de países desenvolvidos e de atrasados sob o capitalismo, considerando tanto o manejo de políticas

¹ Luís Biedermann é bacharel em direito pela USP e graduando em Ciências Sociais pela USP.

econômicas governamentais quanto as contradições políticas decorrentes da luta de classes. Desse modo, seus prognósticos econômicos se entrelaçam com uma interpretação dos interesses de classe no capitalismo e requerem soluções políticas além da mera condução de medidas econômicas.

Tratando da relação, no que tange ao método, da teoria marxista com a sua teoria econômica, o autor observa uma compatibilidade entre a perspectiva materialista histórica e a utilização de modelos econométricos (formulações matemáticas e instrumentais estatísticos) para a interpretação e a agência sobre a economia. A primeira define que determinadas relações de produção e suas correspondentes forças produtivas, mais ou menos desenvolvidas, fundamentam a superestrutura, entendendo o desenvolvimento da sociedade como as sucessivas transformações da base, mediante uma historicização. A segunda considera um período de tempo bem mais determinado, em que não há alterações determinantes nas relações de produção, nos recursos naturais, nem transformações na esfera da superestrutura que eventualmente impliquem numa nova conformação do sistema econômico, de modo que relações funcionais entre as variáveis econométricas (nível de renda, taxa de emprego, investimento, dispêndio governamental etc) se mantêm válidas nesse sistema. No entanto, a segunda sem a primeira incorreria em erro grave, enevoando a interdependência entre o desenvolvimento econômico e o das relações de produção¹.

Mas da teoria marxista o polonês não aproveita apenas a relação da base com a superestrutura, nem apenas a reprodução e dinâmica capitalista. Em primeiro lugar, está ciente da configuração da sociedade como de classes e trata tal condição política como fator crucial para pensar a

1 KALECKI, Michał. Modelo econométrico e materialismo histórico. In: MIGLIOLI, Jorge. Kalecki. Editora Ática. 1ª ed., 1980. pp. 43-50.

atuação governamental na promoção de um programa de desenvolvimento. Em segundo, aponta que tal desenvolvimento baseado no pleno emprego e na evolução do nível de produção, com o conseqüente aumento no nível de vida da classe trabalhadora, integra uma via de transição ao socialismo, na medida em que empodera a classe trabalhadora e permite que esta faça frente ao capital a partir de um maior poder de barganha e maior direção sobre a economia. Neste aspecto, o autor contribui, a partir de incipientes textos políticos, para uma transição socialista diversa daquela que vê a crise do capital, que amplia a miséria e toda a sorte de problemas sociais, como o motor para a união e a insurreição dos trabalhadores², marcadamente presente em autores clássicos e pioneiros do tema. Pois bem, evidentemente o objetivo do autor com a geração de pleno emprego e de um bem-estar social não é, portanto, uma tentativa ilusória ou ingênua de estabelecer algo como um capitalismo mais justo, mas integra sua própria visão de projeto socialista³.

É apontado, junto a John Maynard Keynes, como um dos primeiros a teorizar que o nível de investimento determina a geração da demanda efetiva de modo a maximizar a produção e o emprego⁴. Utilizando-se disso, fornece uma teoria de desenvolvimento tanto para os casos em que há capacidade produtiva ociosa e suficiente para a imediata geração de pleno emprego (países desenvolvidos), quanto para os que prescindem da geração da capacidade produtiva

2 Podem ser encontradas tais marcas na literatura marxista mais clássica, como a do próprio Marx e a de Rosa Luxemburgo.

3 Interessante notar que o autor, com uma vasta mas pouco comentada obra sobre a economia dos países socialistas, questionou uma concepção de desenvolvimento sob o socialismo que tendia a negligenciar a produção de bens de consumo, ao se basear numa suposta necessidade de um crescimento maior dos meios de produção. Para Kalecki, a melhora do padrão de vida dos trabalhadores era um norteador da política econômica. Tratando da teoria do crescimento em uma economia socialista, aduz que “essa teoria se baseia no princípio de que o objetivo da economia socialista é o de elevar o nível de vida da população”. KALECKI, Michał. Por que a economia ainda não é uma ciência exata?. In: MIGLIOLI, Jorge. Kalecki. Editora Ática. 1ª ed., 1980. pp. 39-42; MIGLIOLI, Jorge. Introdução. In: MIGLIOLI, Jorge. Kalecki. Editora Ática. 1ª ed., 1980. pp 7-38.

4 TOPOROWSKI, Jan. Michał Kalecki and the Politics of Full Employment. Jacobin.

necessária ao estabelecimento do pleno emprego e de um maior nível de vida (países subdesenvolvidos). Apesar dos amplos pontos de contato, as teorias do polonês e do britânico são assentadas em pressupostos científico-metodológicos radicalmente distintos. Trata-se da diferença entre uma concepção estrutural contra outra psicológico-individual dos fenômenos econômicos. Enquanto Keynes acreditava e buscava atingir o comportamento, ou seja, as determinações conscientes de agentes econômicos racionais/esclarecidos (no que é permeado por uma tradição sociológica weberiana fundada no conceito de ação social e seus “tipos-ideais”) Kalecki entendia os agentes econômicos dentro de uma estrutura, configurada pela dinâmica do capitalismo e da luta de classes. Aqui, os agentes econômicos são menos agentes do que “pacientes”, pois sua racionalidade é estruturalmente restrita e as relações funcionais entre as variáveis econômicas estão num plano distinto em relação à ação dos sujeitos individuais⁵.

Mais que isso, a teoria econômica kaleckiana observa o desenvolvimento dentro de uma conjuntura política determinada: a luta de classes configurada pelas relações de produção capitalistas, de modo que o processo de superação do subdesenvolvimento não é atingido pela mera condução de políticas macroeconômicas por homens de Estado esclarecidos, mas é marcada por

contradições que põem a burguesia em luta contra os trabalhadores por um poder político que extrapola a mera maximização de lucros. Quer dizer, o governo, aqui, não é como um líder de agentes econômicos convergentes e racionais num programa de desenvolvimento, mas um centro de decisões de política econômica do qual se exigirá, em diversos momentos do processo, o choque político contra a classe capitalista. Cumpre-nos notar que

5 PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Kalecki: um antikeynesiano?. In: Revista de Economia Política, vol. 16, 1996. pp. 74-83.

tais choques não são apenas questões relacionadas ao conflito distributivo, mas são contradições decorrentes das distintas relações sociais de produção conformadas por um modo de produção determinado, o que complexifica o debate nos países subdesenvolvidos⁶.

II. Questões econômicas da geração de pleno emprego no capitalismo desenvolvido⁷

O autor, voltado para o capitalismo central, observa que o subemprego de recursos, em decorrência da geração inadequada de demanda efetiva, revelou-se uma tendência inerente ao capitalismo, escancarada sobretudo a partir dos anos 30⁸. Como efeito de uma poupança capitalista dos lucros (parcela da renda nacional) superior ao nível de investimento geral (parcela da despesa nacional) num período considerado, a resultante parcela não consumida provoca a redução do nível de produção até nova adequação da poupança ao investimento, com a consequente queda na renda nacional. Aduz, no entanto, que tais países têm equipamento de capital suficiente não só para a absorção da força de trabalho como para a elevação da renda per capita, de modo que a plena utilização de recursos e, conseqüentemente, o aumento da produção e do emprego, pode ser atingida a partir de políticas governamentais que adequam o nível de investimento geral à capacidade produtiva⁹. Assim, em linhas

6 Em 1960, no contexto da elaboração do Terceiro Plano Quinquenal da Índia, Kalecki foi convidado para apresentar contribuições ao desenvolvimento econômico indiano, ocasião em que formulou o texto “Problemas de financiamento do Terceiro Plano na Índia: algumas observações”. Nesta obra, tratou a questão do desenvolvimento da produção agrícola à luz de uma análise bem concreta e materialista da estrutura agrária, considerando as diferentes formas produtivas existentes no campo. Ver KALECKI, Michał. Problemas de financiamento do Terceiro Plano na Índia: algumas observações. In: MIGLIOLI, Jorge. Kalecki. Editora Ática. 1ª ed., 1980. pp. 137-145.

7 Neste nível da exposição kaleckiana, ainda não é considerado o fator do mercado internacional, de modo que o programa a seguir exposto trata de um sistema fechado.

8 KALECKI, Michał. Três caminhos para o pleno emprego. In: MIGLIOLI, Jorge. Kalecki. Editora Ática. 1ª ed., 1980. pp. 75-97.

9 KALECKI, Michał. A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvol-

gerais, o estabelecimento e a manutenção do pleno emprego estão associados à geração de demanda efetiva a partir da absorção do excedente correspondente à poupança dos lucros por um correto grau de investimento.

Para Kalecki, a principal política para o atingimento e a sustentação do nível de investimento capaz de fornecer o mais alto emprego de recursos, o que não pode de modo algum ser alcançado por um regime econômico de *laissez-faire*, é o dispêndio governamental financiado por empréstimos sem redução das rendas via aumento da tributação¹⁰. A estrutura de gastos é dividida e modelada a partir de um arranjo adequado entre investimento público, sobretudo em obras e serviços públicos fundamentais, e financiamento do consumo popular, considerando-se as necessidades e possibilidades do caso concreto. Do papel do investimento privado neste sistema, diz-se que este deve ser levado até o grau que basta para uma expansão da capacidade de produção, considerando-se simultaneamente o aumento populacional e o nível de produtividade do trabalho. Passaremos a tratar sinteticamente dos aspectos econômicos desta política a seguir, dividindo-a em quatro pontos: (i) as condições “macroeconômicas”¹¹, (ii) o papel do Estado e do investimento privado neste sistema, (iii) a composição de gastos, (iv) a relação do dispêndio deficitário com os outros dois caminhos para o pleno emprego, segundo o autor.

(i) Em primeiro lugar, o autor se depara com as objeções à possibilidade de utilização do dispêndio deficitário para o financiamento do pleno emprego, oriundas sobretudo do pensamento econômico ortodoxo: os questionamentos sobre a origem dos recursos para os gastos, a possibilidade de aumento da

vidas. In: MIGLIOLI, Jorge. Kalecki. Editora Ática. 1ª ed., 1980. pp. 129-136. 10

Para Kalecki, são três os métodos para se atingir e manter o pleno emprego: dispêndio deficitário governamental, redistribuição de renda e estímulo ao investimento privado. Trataremos das observações do autor sobre o segundo e o terceiro ao longo do texto.

11 O termo “macroeconomia” é utilizado aqui entre aspas,

taxa de juros (que rebaixaria novamente o grau de investimento) e da inflação, e o limite do endividamento público. Sobre o primeiro ponto dentre os supracitados, deve ser entendido que o déficit orçamentário tende a aumentar as rendas com a conseqüente elevação nas receitas fiscais, de modo que, estabelecido no nível correto, financia a si próprio, porque, basicamente, o aumento da demanda é amparado pelo aumento da produção.

Acerca da possibilidade de aumento da taxa de juros, indica como condição do dispêndio deficitário uma adequada política bancária, nos seguintes termos: deve-se criar as condições para que os títulos governamentais que financiam o déficit sejam devidamente absorvidos pelo público, evitando-se a preferência por poupar em depósitos bancários, o que poderia ser realizado a partir da expansão, pelo Banco Central, da base de caixa dos bancos privados; bem como uma política de emissão de títulos não só baseada em obrigações de curto prazo, mas também de médio e longo prazo.

No que tange ao risco de inflação, vê-se um limite muito mais concreto para o dispêndio deficitário, qual seja a necessidade de uma relação proporcional entre a geração de demanda efetiva e a capacidade produtiva (equipamento e força de trabalho à disposição), de modo que, se for tal demanda superior ao ponto em que se emprega devidamente os recursos existentes num sistema considerado, restará uma escassez das forças de produção e, portanto, inflação. Este aspecto da teoria kaleckiana é especialmente relevante para os países subdesenvolvidos, como veremos adiante.

Por fim, tratando dos questionamentos sobre o limite do endividamento público e o crescimento da carga de juros sobre isto, Kalecki aduz que o juro da dívida pública pode ser financiado a partir de um imposto

anual sobre o capital ou por um imposto modificado sobre a renda. No primeiro caso, o imposto deve incidir sobre qualquer tipo de riqueza, sem discriminação entre poupança na forma de depósito bancário ou investimento em atividade fabril. De todo modo, estando a economia em expansão como consequência da elevação da demanda efetiva, o crescimento da dívida pública não precisaria, necessariamente, estar acima da elevação da receita tributária.

(ii) O curso do investimento privado sob uma política de dispêndio público para o atingimento da demanda efetiva necessária ao estabelecimento do pleno emprego será, evidentemente, alterado em relação ao que seria o sistema de *laissez-faire*. Em primeiro lugar, passaria a sofrer menos oscilações, com uma trajetória estável a curto e médio prazo, de modo que as únicas transformações se dariam pelo acompanhamento da capacidade produtiva existente.

A priori, o nível do investimento privado deve ser ajustado numa medida em que não permite o subemprego do equipamento mas, ao mesmo tempo, fornece uma margem de reserva suficiente para eventuais ajustes. Este grau correto de utilização, num programa de longo prazo, será expandido conforme o crescimento da população e da produtividade do trabalho. Se o nível em debate estiver abaixo do necessário, estímulos podem ser realizados pela redução da taxa de juros ou da alíquota de imposto de renda, ou, quando tais medidas não são possíveis, por um imposto modificado sobre a renda. Mas não só tais métodos de cunho global podem ser aplicados: setorialmente, nos casos em que o investimento privado é inadequadamente baixo, empresas estatais devem substituir o papel das privadas. Por fim, se o nível estiver acima, medidas de controle direto, também setoriais, como o licenciamento dos investimentos, podem regulá-lo.

(iii) A composição de gastos públicos referentes ao dispêndio necessário à geração do nível de demanda efetiva capaz de promover o pleno emprego se divide entre o investimento público (em sentido estrito, como a construção de infraestrutura) e o subsídio ao consumo da classe trabalhadora. A parcela relativa ao subsídio ao consumo deve ser estabelecida conforme o que Kalecki chama de “prioridades sociais”, sobretudo quando o nível de gasto estatal deve ser muito alto para atingir a demanda efetiva necessária para o sistema. Isto levará a população a um padrão de vida mais alto, dirimindo problemas sociais graves, bem como evitará que o investimento público se obrigue a atingir um nível tão alto que gere infraestruturas redundantes.

(iv) Se o dispêndio deficitário é a força motriz da geração de pleno emprego na teoria kaleckiana, não é o único dos caminhos nem precisa necessariamente funcionar sozinho. Outras duas políticas, possivelmente suplementares, são a redistribuição de renda e o estímulo ao investimento privado. O primeiro, simultaneamente à geração de maior igualdade na distribuição de renda, implica na elevação da demanda efetiva e, portanto, do nível de emprego, na medida em que aumenta a propensão ao consumo¹². O que limita economicamente tal método é que a elevação do imposto de renda dos capitalistas pode conduzir a uma redução no nível de investimento, o que pode ser evitado se os recursos advindos da tributação da renda se reverterem em gastos com bens de investimento, pois a demanda crescente por estes cobrirá a queda da demanda por bens de consumo.

O segundo é o método menos adequado dos três, pelas seguintes razões: após um “pacote” de estímulos via redução da taxa de juros ou da alíquota sobre o imposto de renda, o investimento privado pode protagonizar a geração de

¹² Pode-se identificar tal ideia também na tradição dos economistas do “subconsumo”.

plena utilização da capacidade produtiva num período considerado, mas, para a manutenção do nível de emprego, dada a expansão da economia deverá haver mais rodadas de estímulos, de modo que este problema ressurgirá sucessivamente; ainda, tais concessões nem sempre serão uma garantia de aumento do nível de investimento, por exemplo no caso de uma reação negativa dos capitalistas a determinada conjuntura política. Assim, o incremento do investimento privado interessa apenas no que diz respeito à expansão da capacidade produtiva em compasso com o aumento populacional e da produtividade do trabalho, não devendo ter papel tão maior que este.

III. Problemas políticos do pleno emprego na sociedade capitalista

Como dito anteriormente, o programa de desenvolvimento do autor não se trata apenas de um conjunto de medidas econômicas a serem implementadas pela Razão. Antes, está circunscrito a uma conjuntura política bastante determinada. Os capitalistas não consideram somente a busca por maiores lucros para pugnar por certa política econômica: se assim fosse, não haveria quaisquer objeções ao pleno emprego e a burguesia atuaria como classe para aumentar sua taxa de lucro a partir do aumento no nível de produção. Mas, segundo Kalecki, grande parte dos economistas ligados aos bancos e à indústria se opõem a tal medida por razões predominantemente políticas embutidas sorratamente em sua doutrina das “finanças sólidas”.

Em primeiro lugar, o fomento do pleno emprego por mecanismos governamentais exige, evidentemente, a ampliação da gerência estatal sobre a economia, o que reduz o poder dos capitalistas sobre as políticas econômicas. Estes não desejam se submeter a políticas

governamentais impostas sobre eles, como a redistribuição de renda. Para eles, o nível de emprego e de produção deve ser dependente do chamado “estado de confiança” dos investidores.

Em segundo, a direção do padrão de gastos a ser estabelecida pelo governo conforme as necessidades do caso concreto (distribuição adequada do dispêndio público entre subsídios ao consumo e investimento público em sentido estrito, eventual necessidade de limitação do consumo de bens não essenciais para o financiamento do investimento no caso de países muito atrasados, etc) é temerária aos capitalistas pois estes não desejam concorrer com o investimento público. Evita-se, então, o perigo da nacionalização de setores da economia e da diminuição relativa do papel do investimento privado.

Em terceiro, além do medo da ampliação da atividade estatal, Kalecki traz outro ponto de objeção capitalista ao pleno emprego, em certa medida inovador no âmbito do pensamento econômico: a tendência ao aumento da consciência de classe e o empoderamento da classe trabalhadora, que reduziriam a posição social dos capitalistas. É que as transformações sociais decorrentes do desenvolvimento econômico com pleno emprego afetariam a estabilidade política do sistema, concedendo aos trabalhadores maior poder de barganha. As greves, por exemplo, seriam muito mais poderosas. Nesse sentido, a burguesia calcula que, independentemente do aumento nos lucros puxado pela expansão da demanda efetiva, a disciplina do trabalho pode ser prioridade.

Assim, os obstáculos ao pleno emprego, no que diz respeito à atuação da burguesia, não derivam do mero desconhecimento da possibilidade de implementação de políticas econômicas capazes de expandir a economia, ou de uma atuação dos agentes econômicos

individuais balizada por seu grau de confiança. Organizados como classe, os capitalistas não desejam dividir o poder com um Estado promotor, muito menos com uma classe trabalhadora fortalecida; repelem tal modelo de desenvolvimento porque este potencialmente implica em uma ruptura com o status quo político, forjado pela luta de classes.

IV. A questão nos países subdesenvolvidos

Segundo Michał Kalecki, os problemas dos capitalistas desenvolvidos e dos subdesenvolvidos são substancialmente diferentes. Nestes, dificilmente a capacidade produtiva será suficiente para a produção imediata de pleno emprego, de modo que a ampliação do nível de investimento não tem como fulcro somente a utilização da capacidade produtiva existente, mas antes sua rápida expansão. Isto ocorre porque, numa situação de atraso, uma elevação do investimento superior à plena utilização dos recursos produtivos de determinada economia, ainda que o pleno emprego não tenha sido atingido, causaria a restrição da oferta de bens de consumo e o conseqüente aumento de preços.

Para que seja evitada a pressão inflacionária sobre os bens essenciais aos trabalhadores, o programa de desenvolvimento econômico não pode, portanto, acelerar forçosamente a evolução da capacidade produtiva. Tal expansão é possibilitada apenas a partir de uma verdadeira planificação econômica de longo prazo, com ampliação gradual e controlada do nível de investimento. Mais que isso, deve haver uma ampla e contínua intervenção sobre a estrutura de investimentos. Isto ocorre por dois motivos principais: (i) o investimento privado não atinge um grau satisfatório

em todos os ramos da economia, sendo o governo responsável, assim, por realizar gastos pensados setorialmente para cobrir as deficiências dos investidores privados; (ii) para o crescimento relativo da parcela da renda nacional concernente ao investimento contra a parcela do consumo, deve-se aplicar uma política tributária que restrinja, por um período, o consumo dos bens não essenciais; (iii) evidentemente, a tarefa da expansão da capacidade produtiva passa pelo investimento em meios de produção, dadas as necessidades e possibilidades do caso concreto.

Mais desafiadores que os aspectos econômicos da superação do subdesenvolvimento são os obstáculos políticos à consecução deste projeto. O autor aponta que as relações sociais de produção pré-capitalistas (feudais e semifeudais) que marcam a estrutura agrária, constituem-se tanto como entraves à planificação econômica quanto ensejam a configuração de relações de poder em que as classes dominantes são extremamente refratárias ao desenvolvimento econômico e social. Segundo Kalecki, não é à toa que as medidas econômicas supracitadas não são implementadas de maneira pacífica nos países subdesenvolvidos: “a superação de todos os obstáculos ao desenvolvimento econômico enumeradas acima significa mais do que a revolta criada no século XVIII pela Revolução Francesa”¹³.

13 KALECKI, Michał. A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas. In: MIGLIOLI, Jorge. Kalecki. Editora Ática. 1ª ed., 1980. p. 136.

Bibliografia

KALECKI, Michał. Political Aspects of Full Employment. In: *Collected Works of Michał Kalecki*. Vol. I. Editora Clarendon Press - Oxford. 1ª ed., 1990, pp. 347-357.

KALECKI, Michał. El problema del financiamiento del desarrollo económico. *El Trimestre Económico*, vol. 21, 1954, pp. 381-401.

KALECKI, Michał. A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas. In: MIGLIOLI, Jorge. *Kalecki*. Editora Ática. 1ª ed., 1980. pp. 129-136.

KALECKI, Michał. Três caminhos para o pleno emprego. In: MIGLIOLI, Jorge. *Kalecki*. Editora Ática. 1ª ed., 1980. pp. 75-97.

KALECKI, Michał. Modelo econométrico e materialismo histórico. In: MIGLIOLI, Jorge. *Kalecki*. Editora Ática. 1ª ed., 1980. pp. 43-50.

KALECKI, Michał. Por que a economia ainda não é uma ciência exata?. In: MIGLIOLI, Jorge. *Kalecki*. Editora Ática. 1ª ed., 1980. pp. 39-42;

KALECKI, Michał. Problemas de financiamento do Terceiro Plano na Índia: algumas observações. In: MIGLIOLI, Jorge. *Kalecki*. Editora Ática. 1ª ed., 1980. pp. 137-145.

KALECKI, Michał. Inflation and war. In: *Selected Works of Michał Kalecki: Great War, Inflation and Fascism*. Editora Huebankers.

MIGLIOLI, Jorge. Introdução. In: MIGLIOLI, Jorge. *Kalecki*. Editora Ática. 1ª ed., 1980. pp 7-38.

TOPOROWSKI, Jan. *Michał Kalecki: An Intellectual Biography*. Vol I. Editora Palgrave Macmillan. 2013.

TOPOROWSKI, Jan. *Michał Kalecki: An Intellectual Biography*. Vol II. Editora Palgrave Macmillan. 2013.

Lava Jato: uma análise dos impactos socioeconômicos e políticos da operação na conjuntura brasileira entre 2014 e 2022

Luiza Brazuna

Introdução

A operação Lava Jato, sobretudo depois do golpe de 2016 contra a então presidenta Dilma Rousseff (PT), passou a ser objeto direto de estudo e pesquisa para a área do Direito. Foram inúmeros os trabalhos produzidos até aqui a tratar diretamente do impacto negativo da operação nas instituições de Direito e em seu funcionamento, entendidos historicamente enquanto elementos a serem garantidos pela Constituição Cidadã de 1988 – tão renegada pela Lava Jato e por seus principais agentes.

Neste sentido, o presente artigo nasce a partir do entendimento de que, além de uma anomalia para o Direito com as inúmeras inconstitucionalidades cometidas nas denúncias e condenações que fizeram parte da operação, a operação Lava Jato é, também, uma anormalidade para economistas e cientistas políticos – isso porque é impossível tratar de assuntos como a destruição do Estado democrático de Direito sem tratar, concomitantemente a isso, das motivações e consequências da operação que atingem direta e sistematicamente a classe trabalhadora e as minorias sociais, aqueles quem o regime democrático e os aparatos econômicos deveria representar e proteger.

O objetivo deste texto, portanto, é expor e discutir, através da análise e interpretação dos dados e documentos levantados, 1) os impactos da operação Lava Jato na economia brasileira, sempre correlacionados com seus efeitos sobre o bem-estar social, que, juntos, geram um efeito em cadeia de desestruturação

de uma economia voltada para fomento interno e para o desenvolvimento social 2) as motivações político-ideológicas da operação que acabaram por virar do avesso o cenário político brasileiro em todas as suas esferas de atuação e enfatizar questionamentos acerca da saúde da democracia brasileira.

Ao longo do texto demonstra-se a operação Lava Jato enquanto o principal fator na síntese de uma crise econômica, social, histórica, política e cultural – que vivemos até hoje. Por isso, e para possibilitar que este entendimento caia em senso comum, entendemos que é preciso que o leitor saiba o que foi a Lava Jato para o Brasil em geral, sendo necessário, para isso, entender de primeira mão suas diversas faces e suas correlações. Pode-se dizer, portanto, que este trabalho possui como enfoque um conjunto de temáticas que, por fim, contribuem para a compreensão da indagação que o motivou: em que medidas e de quais formas se difundem os efeitos da operação Lava Jato.

No que diz respeito à metodologia, é primordial ressaltar, antes de tudo, que se utilizou como base neste trabalho a perspectiva materialista histórica, que nos garante ser impossível discutir Economia sem discutir os múltiplos aspectos – culturais, históricos, socioeconômicos, estruturais – que rondam as diferentes classes sociais e vice-versa. Debruçada sobre o materialismo histórico, foram realizadas análises de dados empíricos em conjunto com o estudo bibliográfico – sendo este, em grande parte, artigos com discussões sobre diferentes elementos específicos da conjuntura social e econômica que entendemos e buscamos demonstrar e provar serem efeitos diretos e imediatos da operação Lava

1 Luiza Brazuna é graduanda em ciências sociais pela PUC SP.

Jato. Além disso, foi realizada entrevista semiestruturada com o jornalista Luis Nassif, grande estudioso e comentarista da Operação Lava Jato justamente sob a ótica proposta no presente artigo - a ótica socioeconômica e política -, a fim de trazer aqui reflexões atuais acerca dos efeitos da Operação também a longo prazo.

Os livros “A Enciclopédia do Golpe I” e “Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política”, onde estão concentrados a maioria dos artigos que acreditamos contribuir mais para nosso estudo, são produções que permeiam assuntos diversos que dizem respeito, direta ou indiretamente, à Lava Jato - indo desde discussões acerca de questões geopolíticas que envolvem os principais setores socioeconômicos brasileiros até o papel das mídias na disputa pelo imaginário social. Sempre procurando ir mais a fundo possível, entendemos que quanto mais fenômenos pontuais e característicos da atual conjuntura fossem analisados, mais perto estaríamos de conseguir uma hipótese de conclusão. Assim, a discussão realizada acerca de cada um de nossos dois principais objetos de estudo - o desmantelamento do setor de infraestrutura, a disputa de narrativa e o fim de uma economia popular e social - se mostra necessariamente densa e diversa, o que explica a escolha destes livros enquanto a base de nossa bibliografia.

Merece também especial menção o estudo realizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) em conjunto com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) sobre os impactos econômicos da operação Lava Jato, bem como o artigo produzido a partir dele por Fausto Augusto Júnior e Sérgio Nobre, ambos fundamentais para aprofundarmos nosso entendimento acerca da magnitude da operação e da relação entre a Economia e o âmbito sociopolítico - conceito

fundamental que serve de base para toda esta pesquisa.

Uma vez que, neste artigo, trabalha-se com a perspectiva de que a Economia e a Ciência Política andam juntas, analisaremos os impactos da Lava Jato no plano econômico, no modo de vida da classe trabalhadora, no imaginário popular e no curso da democracia e da história brasileiras. O objetivo é - por meio da análise de múltiplos cenários socioeconômicos e político-ideológicos para demonstrar como elementos que parecem alheios uns aos outros são, na realidade, interdependentes e, neste caso, todos impactados pela operação Lava Jato.

Desenvolvimento

Entre 2003 e 2014 vivemos anos de ouro no Brasil, sobretudo na questão econômica. Pela primeira vez na história da República brasileira, tem-se governos que combinam crescimento econômico com igualdade social, o que se mostrou extremamente exitoso. Acontece que o êxito de um projeto que tem como suas principais marcas a ascensão e a igualdade sociais, o fim da miséria e da fome e um conjunto de programas sociais não agradou a elite econômica brasileira, que acabou se sentindo ameaçada com uma economia fora dos moldes do regime que a beneficia. Vive-se a partir de então a fase do reajustamento neoliberal¹: o início de uma reorganização do capitalismo e do neoliberalismo brasileiros, utilizando novas formas de exploração - neste caso a Lava Jato.

Antes de tratar e analisar os impactos na economia brasileira, sobretudo no setor de infraestrutura, deve-se mencionar o

1 ALVES, Giovanni. Apresentação. In: Alves, Giovanni.; Gonçalves, Mirian.; Tonelli, Maria Luiza Quaresma.; Filho, Wilson Ramos. (coord). Enciclopédia do Golpe - Vol. 1. Bauru: Canal 6, 2017, p. 7-16.

desmonte da Petrobras, que, durante os governos Lula e Dilma (2003-2014), funcionou como carro-chefe do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, tornando-se, deste modo, o principal alvo da face econômica da operação.

Como bem lembra Luiz Alberto Muniz Bandeira (2017, p. 20):

Os prejuízos que causaram e estão a causar à economia brasileira, paralisando a Petrobras, as empresas construtoras nacionais e toda a cadeia produtiva, ultrapassam em uma escala imensurável, todos os prejuízos da corrupção que eles alegam combater. (BANDEIRA, 2017, p. 20).

Os números demonstram que a análise de Bandeira fora mais do que certa: os investimentos totais do Estado apenas na área de exploração e em produção da Petrobras caíram em mais de 70% desde o início da operação em 2014 até o ano de 2020, ficando inclusive sempre abaixo do projetado. Isto significou, a curto e médio prazo, a perda de milhões de empregos, a diminuição dos impostos arrecadados, a desestruturação de setores até então estratégicos para a economia brasileira, uma drástica diminuição no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) etc. – todos fatos que têm impacto direto no bolso do trabalhador brasileiro².

No Brasil de Lula e Dilma, até então, o desenvolvimento da indústria petrolífera brasileira estava intrinsecamente ligado ao desenvolvimento social e à soberania nacional. A Lava Jato, portanto, no seu papel de realizar o “reajuste neoliberal”, utiliza de aparatos jurídicos e, sobretudo, econômicos e políticos para fragmentar e destruir a Petrobras a fim de atingir a espinha dorsal do projeto econômico e social que se mostrava sólido e exitoso

até então.

Como bem explica Rosa Maria Marques, um dos mais marcantes resultados produzidos pela Lava Jato é o desmantelamento do setor do petróleo no nosso país, que vive agora “um franco processo de entrega para o grande capital estrangeiro via os leilões do pré-sal” (Marques, 2020, p. 97). Para além disso, desmantelar a Petrobras significou, por conta de sua magnitude e por ser um guarda-chuva econômico no Brasil, desmantelar outros setores importantes do Brasil, o que multiplica, inclusive, os prejuízos e danos causados pela operação Lava Jato, que inicia, viabiliza e torna legal este processo.

Apesar de cientes do grande impacto da operação Lava Jato nessa estrutura tão essencial para o desenvolvimento socioeconômico de nosso país, nesta presente pesquisa daremos preferência à discussão acerca do setor de infraestrutura, que, profundamente afetado pelo desmonte da Petrobras, se destaca enquanto setor que – além de fruto de mais uma anomalia jurídica praticada pelo alto comando da operação Lava Jato, mais emprega aqueles que mais dependem de seus empregos.

Antes de ter investimentos drasticamente diminuídos e o setor amplamente prejudicado, o setor de construção civil – que, lado a lado ao setor petrolífero, sustenta a economia brasileira – foi vítima de injustiças consequentes dos crimes cometidos pela Lava Jato. Sempre com motivações políticas e estratégicas, advogados e promotores ligados à operação condenaram inúmeros donos de empresas que obtinham, até então, contratos importantes com empresas estatais, dentre elas a Petrobras. Sem entrar nas minúcias que dizem respeito à questão da inconstitucionalidade das denúncias, elas geraram um grande problema porque seguiam uma lógica de punir os CNPJs, isto é, as próprias

2 Augusto Jr., Fausto; NOBRE, Sérgio. Lava Jato e implicações econômicas intersetoriais. In: Augusto Jr., Fausto; Gabrielli, José Sérgio; Alonso Jr., Antonio. (orgs.). Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política. São Paulo: Expressão Popular, 2021, p. 75-114.

empresas, ao invés dos CPFs, ou seja, as pessoas que cometiam crimes dentro dessas empresas. Isto provocou cortes nos investimentos desse setor tão importante para o Brasil e para o povo brasileiro não só pela desestruturação programática do setor - que antes era estruturante para a continuação de um projeto de desenvolvimento social através de grande geração de emprego e grande contribuição no PIB -, mas, também, pelo fato de que, como bem lembra Rosa Maria Marques, além de terem as empreiteiras que compõem este setor encolhidas, “deixaram de ser uma ameaça aos interesses de empresas internacionais, especialmente dos Estados Unidos” (2020, p. 97).

O Brasil, por sua vez, sofre as consequências tanto da desestruturação do setor, que implicou diminuição drástica de investimentos, perdas de contratos e de empregos e aprofundamento da crise social, econômica e política já instaurada, quanto de sua desmoralização aos olhos do povo brasileiro, que explicaremos adiante enquanto elemento estruturante para o sucesso da desestatização - promovida, também, pela Lava Jato através da desestruturação de diversos setores importantes para a economia brasileira, sobretudo o de infraestrutura.

Segundo estudo realizado pelo Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada - Infraestrutura (SINICON), a drástica redução de investimentos no setor de infraestrutura resultou, logicamente, em uma diminuição significativa do nível de qualidade dos empregos da área: no quadriênio de 2014-2017, houve uma queda de 36% na quantidade de empregos formais no setor de Construção Pesada (infraestrutura e montagem), cujo perfil de trabalhadores é semelhante ao da população que integra o Cadastro Único e o Bolsa Família, isto é,

em maior situação de vulnerabilidade em função de características como idade, escolaridade e cor ou raça³.

Conclui-se, portanto, que o ataque estratégico da Operação Lava Jato a um setor tão vital para a economia brasileira e, justamente por isso e vice-versa, para a garantia de uma vida digna e plena para a classe trabalhadora e as minorias histórica e socialmente marginalizadas, produziu sintomas de mal-estar que ainda hoje se sofre.

Outro detalhe extremamente relevante é que o projeto econômico, político e social posto em prática por cerca de uma década no Brasil, tão temido pelos neoliberais lavajatistas e foco primordial para o sucesso da operação, está necessariamente ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT) - primeiro partido a eleger o primeiro presidente trabalhador e a primeira presidenta e pioneiro na prática e no sucesso de um projeto fundamentalmente popular. Por isso, a operação Lava Jato colocou como seu foco, seja em termos de perseguição política, jurídica ou midiática, a criminalização do PT, de seus líderes e principalmente de seu modo de governar.

O antipetismo em si é algo antigo, que já existia nos anos 80, marcado pela sua criação, e que se dava muito mais no plano ideológico. Hoje em dia, tem-se o que podemos chamar antipetismo neoliberal: um instrumento de disputa de massas que se dá, também, no plano ideológico, mas que se concretiza também enquanto projeto econômico, social e sobretudo político. O antipetismo neoliberal, que jamais teria sido tão difundido sem a ajuda de uma mídia tendenciosa e lavajatista - já que sabemos que os donos da grande mídia de massas são parte da elite econômica que com o projeto da operação Lava Jato se beneficiam -, foi e é determinante para todos os rumos econômicos e sociais do Brasil, levando em sequência a um abalo dos desdobramentos da política

3 Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada - Infraestrutura (SINICON). Raio x do setor de infraestrutura brasileiro. São Paulo: LCA, 2021. Disponível em: ><https://www.sinicon.org.br/files/SINICON---Estudo-Raio-X1.pdf><. Acesso em: 23 ago. 2022.

brasileira, tanto nas ruas e nas redes quanto dentro da própria via institucional, A aversão ao Partido dos Trabalhadores (PT) por parte de parcela da população, em grande parte advindas da classe média, e, conseqüentemente, ao projeto popular e democrático que este colocava em prática se tornou uma aversão ao povo, à democracia e suas instituições, coisas que a operação Lava Jato sempre disse defender.

Partindo de uma visão mais ampliada dos impactos econômicos da operação Lava Jato, lembra-se como a operação influenciou diretamente no desmonte da política econômica em curso até o momento. O que se tinha em termos de políticas econômicas e programas sociais no Brasil pré-Lava Jato era um projeto de desenvolvimento econômico que foi, ao mesmo tempo, causa e consequência da garantia de direitos e da promoção da igualdade social. Enquanto o PIB crescia expressivamente, a dívida pública líquida passava a representar 30% ao invés de 60% do PIB e a meta de inflação passava a ser cumprida todo ano⁴, o povo brasileiro vivia no Brasil do pleno emprego, do fim da fome e da grande mobilidade social. Torna-se empiricamente nítido que essa política macroeconômica em que, para crescer, se deve investir em políticas e programas voltados para a melhoria de vida da classe trabalhadora e das minorias é muito mais proveitosa do que projetos de governos anteriores.

Ainda assim, a Lava Jato dá início à dolorosa volta para um neoliberalismo que custa cada vez mais caro para o povo brasileiro. Juntamente com perseguir política e juridicamente os grandes nomes que possibilitaram essa nova forma de fazer economia no Brasil e fazer uso de diversos instrumentos para adentrar e influenciar o imaginário popular – elemento que discutiremos mais para

4 SANTOS, Bruno. Terrorismo Econômico. In: Alves, Giovanni.; Nassif, Maria Inês.; Rosário, Miguel do.; Filho, Wilson Ramos. (coord.). Enciclopédia do Golpe – Vol. 2: o papel da mídia. Bauru: Canal 6, 2018, p. 226-230.

frente -, a operação foi o principal fator que possibilitou o golpe de 2016 contra a então presidenta Dilma Rousseff (PT), que, por sua vez, ajuda a terminar de trazer de volta uma macroeconomia ortodoxa e neoliberal com a implementação de políticas e programas como a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e a emenda constitucional do Teto de Gastos no governo Temer (MDB).

A deterioração da maior estatal do país, brevemente discutida acima, pelas mãos da Lava Jato significou muito mais do que apenas devastação econômica: havia também motivações geopolíticas que são centrais nos debates econômicos e políticos. O fato de o petróleo ser visto pelo mundo - hoje globalizado e neoliberal - enquanto uma commodity geopolítica explica “a utilização de todo e qualquer meio que seja necessário para assegurar o controle dos novos recursos e mercados que apareçam” (Nozaki, 2021, p. 32). Na última década, o meio utilizado para controlar a Petrobras e o petróleo, isto é, fazer com que ele volte a servir para enriquecer a elite econômica brasileira e não para melhorar o Brasil e a vida do povo brasileiro, foi a operação Lava Jato.

O objetivo dos EUA - país já reconhecido como pivô da Lava Jato -, por exemplo, ao operacionalizar a Lava Jato é “explorar vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de potências hostis, desenvolvendo e apoiando forças internas de resistência para atingir os objetivos estratégicos dos Estados Unidos” (Nozaki, 2021, p. 36), como foi no caso da guerra pelo petróleo. No Brasil de governos populares, em que o país assume um lugar na geopolítica mundial que ameaça diretamente a grande potência estadunidense com a nova política petrolífera brasileira em vigor - em 2003, por exemplo, se cria uma política de proteção aos produtores nacionais de equipamentos em detrimento dos antigos fornecedores estrangeiros da Petrobras -, a Lava Jato era uma porta de entrada, sob os olhos norte-americanos, para aprofundar crises e, então, fragilizar

o Brasil enquanto nação, enquanto potência no cenário internacional e enquanto grande concorrente na guerra pelo petróleo – e ela de fato o foi.

Em suma, a desestatização da economia brasileira, que significa afastar o Estado de seu eixo central enquanto parte de um projeto essencialmente democrático, isto é, uma política macroeconômica que esteja a serviço dos interesses nacionais⁵, parece ser exatamente para o que significou a operação da Lava Jato para a economia brasileira. Isto, transportado para a realidade analisada nesta pesquisa, é a realidade do Brasil da operação Lava Jato, o que implica que uma política macroeconômica como a posta em prática a partir da operação – com raízes elitistas, antipopulares e imperialistas – é, além de tudo, antidemocrática. Este fato faz muito sentido quando analisamos a forma com que o alto comando da Lava Jato, sempre com o apoio das mídias, se colocou diante da disputa de narrativa e dominou o imaginário e a opinião populares: com um discurso de forte apelo a uma moral fajuta que historicamente sempre foi característica da classe média – justamente a classe que mais se beneficiou com o projeto de uma economia social e popular. Avritzer explica que:

A Lava Jato foi popular porque ofereceu ao país uma utopia não realizada, mas absolutamente confortável. A utopia do “somos todos ótimos e o país tem um excelente projeto nas mãos dos economistas liberais e dos governos atrapalha” (Avritzer, 2021).

A disputa de narrativa através de um apelo a uma moralidade que sempre reinou na classe média por meio do discurso anticorrupção. Essa lógica de que não podemos crescer enquanto nação e enquanto Estado que cumpre seu verdadeiro papel sem antes varrermos toda a “corrupção” – que, na prática, só existe quando direcionadas a políticas

e programas vinculados a um projeto popular – foi adotada por grande parte do país que, acometida pela crise gerada pela operação Lava Jato e desesperançosa acerca do futuro, estava sendo manipulada e apoiava os absurdos que acometeram nossa economia e a nossa democracia.

Na verdade, Jessé Souza explica que, na verdade, a corrupção, historicamente, costuma ser uma prática da elite econômica brasileira que, aproveitando-se tanto do discurso anticorrupção e de um moralismo fajuto – sempre bem estruturado para ser destilado apenas sobre a classe trabalhadora – quanto da corrupção em si, segue ilesa:

A “corrupção do Estado” era uma das bandeiras centrais do tenentismo. A falta de “homogeneidade de pensamento” dos tenentes, sua confusão em relação à hierarquia das questões principais, refletia uma carência real. Poder-se-ia, por exemplo, perceber a corrupção do Estado como efeito da captura do mesmo pela própria elite econômica que o usa para defender e aprofundar seus privilégios. Isso teria levado a uma conscientização coletiva dos desmandos de uma elite apenas interessada na perpetuação de seus privilégios. (SOUZA, 2017, p. 26). atrapalha” (Avritzer, 2021).

Neste mesmo sentido, transpondo para a realidade dos grandes representantes do mais alto escalão da elite econômica brasileira – os empresários e o mercado –, Nozaki também observa que a corrupção “parece ser muito mais uma prática de mercado que faz parte do jogo de guerra e paz entre as grandes corporações multinacionais do setor” (2021, p. 34) – custou muito mais que o dobro de danos que eles dizem ter reduzido com a “recuperação econômica” fruto da “justiça” feita contra donos de empresas privadas e nomes de alto cargo na Petrobras. A adesão popular a esta crença de que a corrupção é o grande problema do Brasil e a defesa da volta de um projeto antipopular e, mais do que nunca, antidemocrático foi fundamental para o golpe de 2016 e, mais ainda, para as eleições de 2018, marcada completamente pelo lavajatismo como um todo, sobretudo no aspecto moral.

5 BERCOVICI, Gilberto. A política recente do petróleo no Brasil. In: Alves, Giovanni.; Gonçalves, Mirian.; Tonelli, Maria Luiza Quaresma.; Filho, Wilson Ramos. (coord). Enciclopédia do Golpe – Vol. 1. Bauru: Canal 6, 2017, p. 185-198.

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. Apresentação. In: Alves, Giovanni.; Gonçalves, Mirian.; Tonelli, Maria Luiza Quaresma.; Filho, Wilson Ramos. (coord). Enciclopédia do Golpe – Vol. 1. Bauru: Canal 6, 2017, p. 7-16.

Augusto Jr., Fausto; NOBRE, Sérgio. Lava Jato e implicações econômicas intersetoriais. In: Augusto Jr., Fausto; Gabrielli, José Sérgio; Alonso Jr., Antonio. (orgs.). Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política. São Paulo: Expressão Popular, 2021, p. 75-114.

AVRITZER, L. Anticorrupção como utopia regressiva. A terra é redonda. eppur si muove. (site), 10 fev. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/anticorrupcaocomo-utopia-regressiva/?doing_wp_cron=1647307006.5788359642028808593750>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. Lawcoup – o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. In: Alves, Giovanni.; Gonçalves, Mirian.; Tonelli, Maria Luiza Quaresma.; Filho, Wilson Ramos. (coord). Enciclopédia do Golpe – Vol. 1. Bauru: Canal 6, 2017, p. 17-24.

BERCOVICI, Gilberto. A política recente do petróleo no Brasil. In: Alves, Giovanni.; Gonçalves, Mirian.; Tonelli, Maria Luiza Quaresma.; Filho, Wilson Ramos. (coord). Enciclopédia do Golpe – Vol. 1. Bauru: Canal 6, 2017, p. 185-198.

HIRSCH, Joachim. Teoria materialista do Estado. Rio de Janeiro: Revan, 2010, p. 134.

Kerche, Fábio. Ministério Público, Lava Jato e Mãos Limpas: uma abordagem institucional. Lua Nova, São Paulo, 105, 255-286, 2018.

MARQUES, Rosa Maria. Efeitos de Operação Lava Jato na economia brasileira. In: MILEK, Camila et. al. (orgs.). Relações indecentes. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 92-98.

MBEMBE, Achille. A saída da democracia. In:

Políticas da Inimizade. São Paulo: n-1 edições, 2020.

NASSIF, Luis. Entrevista com Luis Nassif sobre o Brasil pós Lava Jato. Entrevista concedida a Luiza Brazuna. Concedida enquanto material para a realização do Trabalho de Iniciação Científica PIBIC-CNPq 2022-2023.

NOZAKI, William. Capitalismo e corrupção: a Petrobras e a operação Lava Jato. In: Fausto Augusto.; Gabrielli, José Sérgio.; Jr., Antonio Alonso. (orgs.). Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política. São Paulo: Expressão Popular, 2021, p. 29-52.

SANTOS, Bruno. Terrorismo Econômico. In: Alves, Giovanni.; Nassif, Maria Inês.; Rosário, Miguel do.; Filho, Wilson Ramos. (coord.). Enciclopédia do Golpe – Vol. 2: o papel da mídia. Bauru: Canal 6, 2018, p. 226-230.

Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada – Infraestrutura (SINICON). Raio x do setor de infraestrutura brasileiro. São Paulo: LCA, 2021. Disponível em: ><https://www.sinicon.org.br/files/SINICON---Estudo-Raio-X1.pdf><. Acesso em: 23 ago. 2022.

SOUZA, Jessé. A classe média como capataz da elite. In: Alves, Giovanni.; Gonçalves, Mirian.; Tonelli, Maria Luiza Quaresma.; Filho, Wilson Ramos. (coord). Enciclopédia do Golpe – Vol. 1. Bauru: Canal 6, 2017, p. 25-40.

Conheça e se inscreva nos

Grupos de Estudos da **CÁTEDRA CELSO FURTADO**

Análise de Política Contemporânea

O Grupo de Estudos e Análise de Política Contemporânea da Cátedra Celso Furtado, coordenado pela Profa. Roseli Coelho e pelo Prof. Paulo Souza, tem como objetivo selecionar e debater as principais questões, fenômenos e movimentos políticos da atualidade.



Se inscreva em:

Introdução ao Pensamento de Celso Furtado

O Grupo de Estudos Introdução ao Pensamento de Celso Furtado dedicado a apresentar os contornos básicos do pensamento de Celso Furtado sobre o Brasil, sobre o Desenvolvimento e sobre o relacionamento adequado da teoria com a prática política.



Se inscreva em:



FESPSP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO